



*A Acta foi aprovada por maioria,
com 2 abstenções*

*Assembleia Municipal do Porto de
20 de Dezembro de 2018*
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

[Assinatura]
Maria Paula
Ribeiro de Faria

Ata da Sessão Extraordinária de 18 de junho de 2018

Ao décimo oitavo dia do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal na Sala das Sessões nos Paços do Concelho.

PRESENTES:

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança de Assunção de Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Maria Cecília Pinto da Silva de Sampaio, em substituição da Senhora Deputada Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Marco Regis Lacomblez Leitão, em substituição do Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço; José António de Abreu Gonçalves Seródio; Rui Carlos Moraes Lage; Luis Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Diogo Miguel de Sá Meireles; Bebianna Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; José Manuel Pinto Varela Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do senhor deputado Serafim Ferreira Nunes; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição do Deputado Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;



Os Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Filipe Jorge Coelho da Silva Oliveira, em substituição do Senhor Presidente de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Paulo José Ferreira Cardoso, em substituição do Senhor Presidente de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Sofia Mexia Alves Moura Faria, em substituição do Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira; União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, declarou aberta a sessão e apresentou os seus cumprimentos à família do Senhor Arq. Vasco Morais Soares.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) - fez a apresentação do Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Arq. Vasco Morais Soares.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS):

- Tive o privilégio de lidar com o Senhor Arquiteto Vasco Morais Soares durante largos anos nesta Assembleia Municipal e sempre me impressionou a elegância com que, independentemente da origem dos temas e das propostas em causa, abordava as questões, a sua grandeza de trato, a competência que frequentemente evidenciava sem alarde, mas com uma enorme capacidade de nos convencer pela franqueza e pelo exemplo das suas propostas. Tenho dele a memória de um membro desta Assembleia Municipal que dificilmente esqueceremos pela sua singularidade. Era, de facto, um grande Senhor.



O Senhor Deputado Rui Sá (CDU):

- É com uma tristeza enorme que tomámos conhecimento do falecimento do Senhor Arquitecto Vasco Morais Soares. Entrei nesta Assembleia era um jovem com vinte anos e se havia alguém que se destacava na Assembleia na altura, era o Arquitecto Vasco Morais Soares, juntamente com Fernando Albuquerque, infelizmente também já falecido. Era uma Assembleia maior e estava-se numa altura de combate ideológico muito difícil, mas mesmo assim, estando eu no outro extremo do espectro partidário, era impossível não gostar do Senhor Arquitecto Vasco Morais Soares, porque ele colocava sempre a cidade do Porto à frente do que poderiam ser alguns interesses de carácter partidário. E o Arquitecto Vasco Morais Soares, para além de ter sido um grande Deputado à Assembleia Municipal, converteu-se depois também num amigo, pela correção com que sempre tratava as pessoas, pela convicção com que defendia as suas ideias, pela humildade com que ouvia os outros e incorporava a sua opinião no seu pensamento. O Senhor Arquitecto Vasco Morais Soares foi, sem dúvida, um Deputado que prestigiou esta Assembleia Municipal, prestigiou o Município, e prestigiou a cidade. E depois deste convívio que aqui fomos tendo, e perdoem-me esta nota pessoal, como ele tinha escritório no bairro onde eu moro, encontrávamo-nos algumas vezes, nomeadamente ao fim da tarde, outras vezes parava o carro para falar, e aí começavam aquelas conversas que dificilmente tinham fim e que eram extremamente úteis, e extremamente gratificantes. O Arquitecto Vasco Morais Soares vai-nos fazer muita falta e naturalmente que o Grupo Parlamentar da CDU se curva perante a nobreza do Arquitecto Vasco Morais Soares.

O Senhor Deputado Alberto Araújo Lima (PSD):

– O PSD solidariza-se obviamente com este voto, e reconhece, quer do ponto de vista pessoal como institucional, o Senhor Arqtº. Vasco Morais Soares como uma grande personalidade da cidade. Sentimos também a sua perda e queremos associar-nos ao voto de pesar apresentado.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN):

- Queria apenas deixar aqui uma palavra de solidariedade e de apreço, subscrevendo tudo o que já foi dito, e endereçando as nossas respeitadas condolências à família.



Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Foi feito um minuto de silêncio em memória do Senhor Arquitecto Vasco Morais Soares.

ORDEM DO DIA

(Convocatória expedida em 13.06.2018)

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Miguel Pereira Leite disse que o pedido de agendamento da reunião extraordinária foi solicitado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.

Ponto único:

- Políticas autárquicas de resposta à cessação de arrendamentos e aos despejos nas freguesias do Centro Histórico do Porto e noutras freguesias da cidade.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE):

- Gostaria de me dirigir em primeiro lugar ao público desta Assembleia. O regimento deste órgão não permite que comecemos por ouvir o público, como entendo que seria o ideal, pelo que me resta manifestar a minha imensa solidariedade e respeito pela luta que estão a travar e pela forma como se estão a organizar em prol da defesa dos direitos de todos. Esperemos estar hoje, esta noite, à altura do que exige a discussão do assunto que aqui nos traz que é, afinal, uma questão de direitos fundamentais. O Bloco solicitou o agendamento desta Assembleia extraordinária com carácter de urgência, e ainda que tenhamos estado desde o primeiro momento a debatermo-nos pelos direitos das pessoas no que à habitação diz respeito, e já seja longo o caminho de alerta e proposta concreta que temos feito, mesmo assim, pecamos por tardios. A situação é de calamidade, e não é porque as pessoas não tenham ou tenham deixado de ter condições para manter as suas casas, mas porque não lhes são garantidas as condições para que as possam manter, as casas onde nasceram, onde cresceram e onde nunca lhes passaria



pela cabeça não poder envelhecer. Voltando ao que fundamenta o pedido de agendamento desta Assembleia, vale a pena lembrar que segundo a lei das autarquias, estas têm no seio das suas atribuições o ordenamento urbano, o equipamento urbano, a habitação, o património, a proteção da comunidade, a ação social, a proteção civil, a salubridade, o saneamento básico, a promoção do desenvolvimento, e a defesa dos consumidores, pelo que nunca se poderá pretender que a responsabilidade do que aqui se passa, do que se passa hoje na cidade, não é dos órgãos autárquicos. Como é que essa responsabilidade não é de quem governa a cidade? Há felizmente, hoje, boas notícias. A Câmara conseguiu na última semana bater o recorde dos anúncios em torno da habitação e o Bloco congratula-se que assim seja. Não dizemos (ao contrário do que aparece citado na comunicação de um destes anúncios no canal online da Câmara do Porto) que são anúncios vazios, e é de bom grado que vemos o Senhor Presidente e o seu Executivo a juntarem-se finalmente ao Bloco no combate à pressão imobiliária e à gentrificação na cidade. É com sabor a missão cumprida que vemos a tomar forma algumas medidas que temos vindo a defender nos últimos anos, e que, em primeiro lugar, servirão as pessoas. Mas temos mais ideias além das que têm vindo a ser anunciadas na última semana, e se estiverem interessados nelas Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, deverão ouvir as propostas que os grupos municipais que garantem a pluralidade desta casa aqui trazem hoje. A não ser assim, poder-se-ia dizer que a Assembleia Municipal é vista apenas com uma caixa de ressonância da Câmara Municipal, mas estamos certos de que tanto o Senhor Presidente como o seu Executivo, valorizam este espaço democrático, onde, ainda que não tenham a maioria absoluta, têm a oportunidade de construir uma cidade a múltiplas vozes. Trazemos então propostas concretas, tal como os outros grupos municipais que foram chamados a tomar posição com base na concordância existente relativamente à situação que se vive na cidade. Entendemos que devemos deixar de lado as picardias políticas e tornar possíveis medidas urgentes para a vida das pessoas. Se desta Assembleia Municipal resultarem medidas de proteção dos direitos das pessoas, o Bloco dará por cumprida a sua missão neste âmbito, a sua missão de oposição neste órgão. Quando o que resulta é a melhoria da vida das pessoas não nos preocupa a tutela das ideias, pelo que o Executivo da Câmara pode tomar para si todas as ideias do Bloco para uma cidade com as pessoas no centro. É num contexto em que centenas de famílias foram forçadas a abandonar os seus locais



de habitação nos últimos meses, principalmente no centro histórico, em que o cenário da especulação imobiliária, da falta de regulação do mercado, do aumento da pressão turística estão a destruir o direito à habitação na cidade do Porto, em que as rendas atingem valores proibitivos para a maioria da população, em que o aumento do assédio imobiliário sobre os inquilinos tem sido alvo de denúncia pública por parte de associações, moradores e comerciantes, que somos chamados a tomar posição e a propor medidas concretas. É preciso pensar em propostas a jusante e em propostas a montante. Propostas que venham corrigir os malefícios de deixar a habitação da cidade entregue ao mercado, por um lado, e propostas que garantam por antecipação o direito à habitação antes que seja tarde. A título de exemplo, o protocolo com a Associação de Inquilinos, que é uma medida que poderá modificar o dia-a-dia destas pessoas na medida em que poderão passar a ter um interlocutor que as possa defender, é uma medida que peca por tardia e é insuficiente. Em início do ano passado, no início de 2017, já o Observatório das Nações Unidas alertava para a grave situação de carência habitacional que observou no país, e em concreto no Porto, e chamava a atenção para o efeito da desregulação do turismo que traria certamente malefícios graves para a cidade. Se considerarmos que só no primeiro trimestre deste ano tinham sido sinalizados duzentos e cinquenta casos de despejo apenas no centro histórico, ou se tivermos presente que, desde dois mil e treze, há por média mil situações destas (há um número assinalado no balcão do arrendamento de quatro mil e trezentas situações, ou algo deste género que, em média daria estes mil) os vinte mil euros anunciados mal chegariam para pagar a quota destas pessoas na Associação. Sabemos que não é esta a proposta, mas se fizermos contas simples, estes vinte mil euros poderão servir para apoiar algumas pessoas, daí o insuficiente. Numa cidade como o Porto que possui há muitos anos a maior taxa de arrendamento habitacional privado do país, a situação atual de expulsão de tantos residentes da Baixa torna-se ainda mais intolerável. É preciso proteger os inquilinos, travar a pressão imobiliária e garantir a habitação a quem dela precisa. E isso pode fazer-se através da criação de um Gabinete do Inquilino (proposta do Bloco), capaz de garantir, por exemplo, a formação das pessoas que prestam atendimento nos serviços da Câmara, seja no Gabinete do Município seja na Domus Social, que lhes permita dar informação devida sobre o que as pessoas ainda podem fazer em face destas circunstâncias. Uma iniciativa que permita exercer pressão junto da Segurança Social quando as pessoas procuram ali



resposta e não a conseguem obter, uma iniciativa que permita reforçar a capacidade das Juntas de Freguesia que é quem as pessoas acorrem na maior parte das ocasiões. Entendemos ainda que a par desta iniciativa é urgente, e já o tínhamos proposto noutra ocasião, criar um Observatório da Habitação que promova a monitorização das cidades habitacionais no Município e proceda à aferição da capacidade de carga turística na cidade. A expulsão das pessoas das suas habitações tem a ver com uma espécie de "lotação esgotada" que se vive na cidade do Porto. Não se percebe como ainda não foi criado este mecanismo numa cidade para a qual o turismo é tão importante. Tem vindo também a público a intenção da utilização do direito de preferência que o Senhor Presidente vem reivindicando como necessidade e que o legislador deve procurar tornar mais exequível do que aquilo que é. E o Bloco apoia esta reivindicação, aliás apresenta uma proposta para alterar a lei que está associada às dificuldades que conhecemos sobre as quais o Senhor Presidente vai chamando a atenção. Congratulamo-nos pelo facto do Executivo do Senhor Presidente ver neste recurso uma forma de proteger as pessoas. Mas ainda assim, ele não é solução. Outra vez, se se usasse de preferência em todos os casos que vão surgindo, não chegariam os 90 milhões que a Câmara tem poupados para proteger as pessoas, ficando com as casas e devolvendo-as para o direito à habitação. Mas a montante também há muito a fazer. Desde logo, há que fazer reverter as receitas obtidas através do IMT para o investimento público de habitação a custos acessíveis. O risco de não o fazer, é que venha a parecer que a Câmara tem interesse na especulação imobiliária considerando o retorno que disso retira: em 2017 foram mais 15 milhões do que o previsto, e em 2018 prevêem-se mais 23,5% do que em 2017. Ainda na linha do que se pode fazer para reforçar a proposta ao nível das políticas públicas de habitação, está a urgente revisão do regulamento do parque habitacional do Município, revisão que tem obrigatoriamente que incluir uma abordagem de continuidade ao nível da ação social do acompanhamento das pessoas de forma a assegurar que esta resposta garante os direitos fundamentais. É de direito à habitação que se trata, direito relacionado com o direito à família, o direito à privacidade, o direito à justiça, o direito à não discriminação, sendo assim que o parque habitacional deve servir as pessoas. Há ainda a possibilidade desde o início deste mês, concretização legal pela qual o Senhor Presidente tanto clamou, de fazer reverter para a cidade, nomeadamente à reabilitação das ilhas que estão também à mercê da especulação, o programa Primeiro Direito, programa



de apoio ao acesso à habitação que visa responder às situações de habitação indigna, conceito no qual passam a estar abrangidas as pessoas sem-abrigo, as situações de não renovação do contrato nos casos de agregados que integrem pessoas com deficiência, ou arrendatários com mais de 65 anos, entre outras situações de precariedade, insalubridade, insegurança e sobrelotação ou inadequação da habitação. Para citar apenas um dos casos que nos chegou, e as pessoas aqui presentes terão muitos outros para apresentar, naturalmente na expectativa de que o Senhor Presidente fique para as ouvir, recebemos o pedido de ajuda de um cidadão do Porto, doente oncológico desde 2014, com 60% de incapacidade e a fazer quimioterapia, que recebeu este mês a carta registada do senhorio a manifestar que não quer renovar o contrato. A proposta que foi aprovada na Assembleia da República que prevê a suspensão dos despejos para pessoas com incapacidade superior a 60% e que residam no mesmo local há quinze anos, não resolve este problema. Este é um exemplo de como estes critérios criam situações dramáticas. É por isso urgente, no nosso entender, que esta Assembleia e a Câmara recomendem ao Governo a suspensão dos despejos até que se conclua a revisão da lei. Na linha daquilo que são recomendações ao Governo, mesmo porque o Senhor Presidente manifesta frequentemente frustração com a ausência de respostas concretas que lhe permitam cumprir o seu papel, trazemos mais duas propostas, a nosso ver, prementes: uma, que sejam atribuídas aos Municípios competências adequadas à regulação do alojamento local e à fixação de quotas de uso habitacional no edificado; outra, que cessem os benefícios fiscais e as facilidades atribuídas a entidades não residentes para a aquisição de imóveis nos centros urbanos, o que a torna apetecível a aquisição destes mesmos imóveis, o que aumenta a pressão imobiliária e o que expulsa as pessoas das suas casas. E, pronto, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, a situação é de emergência social. O Bloco traz estes três documentos: um documento com recomendações ao Governo sobre políticas públicas de proteção do direito à habitação; um documento pelas respostas públicas de habitação, onde se prevê respostas públicas de habitação na cidade e onde se prevê ainda a criação de uma comissão e o acompanhamento do processo de cessação das licenças de cedência dos fogos, isto para não lhes chamar despejos, processo que não pode continuar a ser de carácter administrativo, em que a Câmara em última análise, quando as pessoas procuram defender-se daquilo que são as notificações que recebem,



advoga em causa própria. Esperamos que ultrapassadas as picardias, se possa chegar hoje a um conjunto de medidas que a juntar às já anunciadas ao longo desta semana, outra vez recebidas de bom grado, que sirvam os direitos das pessoas, permitam o conjunto de medidas a que cheguemos aqui hoje, com que concordemos aqui hoje, que permitam garantir o direito à habitação das pessoas, hoje posta em causa na cidade do Porto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, fez a leitura do Anexo I.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU):

- A situação que estamos a viver no Porto em matéria de negação do direito à habitação é terrível e resulta da conjugação de dois fatores: a famosa Lei Cristas, como o PCP sabiamente a apelidou aquando da sua aprovação, e o crescimento do turismo associado à incapacidade da Câmara inebriada pelas inquestionáveis vantagens que lhe estão associadas, de conseguir prever e calcular o impacto no mercado imobiliário e noutros. Esta conjugação traduz-se na execução de centenas de despejos de famílias, designadamente daquelas que são socialmente mais desfavorecidas, na proliferação de alojamentos locais, no encarecimento exorbitante de rendas e preços da habitação, na descaracterização do Porto com fenómenos de gentrificação, o que faz com que tenhamos atualmente muitos portuenses sem habitação e sem hipóteses de encontrar alternativa no mercado de arrendamento privado na cidade, que existam ruas, designadamente no centro histórico, sem moradores permanentes, que quarteirões inteiros estejam a ser transformados em tipologias habitacionais, vocacionadas para ocupação turística. Diga-se a propósito que entre 2015 e junho de 2011 registaram-se na cidade do Porto, e falo apenas daqueles que foram oficialmente registados, 5351 alojamentos locais, dos quais mais de 70% na União de Freguesias do chamado Centro Histórico, para estudantes, ou para famílias economicamente mais favorecidas. Isto tem as consequências que se sabem no aumento do despovoamento do Porto, na descaracterização da sua população e na perda da sua alma, na certeza de que o turismo pode não ser um fenómeno eterno o que a confirmar-se trará graves consequências para o Porto cidade que está a colocar demasiados ovos no mesmo cesto. Estamos assim perante uma situação de verdadeira emergência social, e uma situação de emergência social exige a adoção de um plano de



emergência. Infelizmente, algumas medidas estruturais propostas pelo PCP na Assembleia da República não foram aprovadas, como a revogação da lei dos despejos, ou a criação de uma moratória impedindo os despejos ao abrigo desta Lei até dezembro de 2019, propostas derrotadas pelo PSD e pelo CDS, com o apoio do PS, que se limitou a propor o impedimento do despejo de pessoas com mais de 65 anos ou com deficiência. De igual modo não foi aprovada a legislação proposta pelo PCP para limitar a proliferação de alojamentos locais. Não se foi assim à origem do problema, ao mesmo tempo que tardam as medidas do Governo com vista ao cumprimento do direito constitucional à habitação, e que no Porto continuamos a ter mais de mil famílias selecionadas e em lista de espera para atribuição de fogos, tendo a própria Câmara estimado que seriam mais duas mil as famílias que carecem de habitação. Por isso urge que o Governo implemente um programa que dê continuidade ao Per e ao Prohabita permitindo simultaneamente a construção e a reabilitação de habitações com dinheiros públicos. Do mesmo modo, exige-se que o Governo concretize a proposta de resolução apresentada pelo PCP e aprovada pela Assembleia da República, com vista à criação de um programa específico para reabilitação das ilhas do Porto, onde apesar das condições de habitação muitas vezes degradantes, muitos moradores querem continuar a viver, e de onde estão a ser expulsos, com vista à criação de alojamentos locais de turismo, casas para estudantes, empreendimentos de luxo, veja-se o caso do Bairro do Cruzinho em Massarelos, destruindo-se deste modo uma das formas de alojamento típicas do Porto, facilitadora de relacionamentos sociais que ajudam a constituir a alma da cidade. Por isso apresentamos hoje nesta Assembleia Municipal Extraordinária propostas para reivindicar junto do Governo e da Assembleia da República a adoção destas medidas estruturantes, embora com a consciência de que sendo elas fundamentais, a cada dia que passa há mais famílias despejadas a quem importa dar condições de habitabilidade, não só porque se trata de um direito inalienável, mas também para impedir que abandonem o Porto pelo facto de a cidade não lhes proporcionar habitação condigna. E como antes referimos, perante uma situação de emergência, exige-se um plano de emergência nas respostas sociais. Não podemos aceitar que havendo famílias sem casa a Câmara Municipal do Porto continue a ter dezenas de habitações abandonadas a ser vandalizadas. Há mais de dois meses denunciámos, por exemplo, a existência de mais de doze habitações devolutas no chamado Bairro Social da Arrábida. Não podemos aceitar também



que nos bairros do IRU existam dezenas de habitações devolutas ou que a reabilitação das habitações que ficam disponíveis nos Bairros Municipais demore cerca de nove meses. Por isso propomos que seja constituído um Gabinete de Emergência que junte a Câmara Municipal do Porto, a Segurança Social e o IRU, eventualmente apoiado pelas Juntas de Freguesia e pela Associação de Inquilinos do Porto, para ajudar as famílias que são vítimas de despejos à margem da lei, de forma a garantir-lhes rapidamente condições de habitabilidade dignas, apesar de provisórias. Exige-se que o Senhor Presidente da Câmara não se limite a dizer que falta o "guito", e a chutar a responsabilidade para entidades terceiras (apesar de lhes caber o grosso dessas responsabilidades), colocando na defesa destes moradores a mesma energia que colocou no que considerou serem causas do Porto, como o Aeroporto de Pedras Rubras e o Infarmed. Pela nossa parte, não lhe faltará o apoio na constituição desse plano de emergência, e é nesse sentido que apresentamos uma proposta, com a consciência do que resolvido o problema imediato não abdicaremos de lutar pelo direito de regresso destas famílias aos seus lugares de origem, uma vez que consideramos inaceitável que uma cidade se construa com a substituição dos seus moradores mais pobres por outros que têm mais posses económicas ou por turistas pontuais.

O Senhor Deputado Rui Lage (PS):

- Seria redundante voltar a enfatizar o drama pessoal, familiar, e existencial de inúmeros portuenses que estão a passar por situações de despejo ou que vivem na angústia permanente de virem a ser alvo de despejos, de pessoas que são vítimas de assédio psicológico e quando o assédio psicológico não resulta, muitas vezes de assédio jurídico. E não são apenas residentes e moradores, são também estabelecimentos históricos, como, por exemplo, a Livraria Moreira da Costa. Julgo que ninguém presume que existam receitas infalíveis para enfrentar este problema que é um problema novo, com o qual o Porto nunca teve que se confrontar antes, e complexo. É por isso até certo ponto compreensível que haja algum grau de hesitação no caminho a tomar, e é também por isso que se recomenda que haja por parte das diversas forças políticas nesta Assembleia algum espírito de cooperação e algum esforço conjunto porque este assunto é demasiado sério para que se possa tentar tirar dividendos políticos, e não se coaduna com



antagonismos redutores e antagonismos muitas vezes fúteis. Nós queremos naturalmente saudar a iniciativa do Bloco de Esquerda de agendar esta sessão extraordinária e tal como saudamos a iniciativa do Bloco, também saudamos que o Executivo esteja a procurar exercer o direito de preferência numa série de situações com o objetivo de travar os despejos. Isso mostra que o Executivo está desperto para uma realidade que é uma realidade inquietante. Infelizmente, como sabemos, e como tem sido vocalizado publicamente em diversas ocasiões, o exercício do direito de preferência esbarra numa série de dificuldades, como as sucessivas desistências e anulações de proprietários que depois voltam a colocar os imóveis no mercado a preços a mais elevados. Tanto quanto sabemos esta é a razão principal para que em dois anos de tentativas a Câmara só tenha conseguido escriturar, não sei se esta informação é rigorosa, sete processos de compra, dizendo um deles respeito à Ilha da Tapada ou ao Bairro da Tapada. Isto prova que o exercício do direito de preferência não só não tem funcionado bem face às necessidades, como no contexto especulativo de preços em alta acaba involuntariamente por contribuir ainda mais para o sobreaquecimento dos preços. Nós consideramos que o exercício do direito de preferência é uma abordagem pontual, reativa, sujeita a uma grande imprevisibilidade e não nos parece que haja condições para que se torne numa política estrutural, estável ou sistemática. Achamos que deve haver uma abordagem a montante, uma abordagem preventiva, de aconselhamento e de assistência jurídica aos moradores afetados, que muitas vezes não estão conscientes dos seus direitos e não estão a par, por exemplo, de alterações legislativas recentes que muitas vezes os favorecem. Por isso, achamos positivo o protocolo anunciado entre a Câmara Municipal e a AICMP. Recordo também que foi aprovado há pouco tempo na Assembleia da República um projeto-lei do Partido Socialista que suspende temporariamente, até março de 2019, as ações de despejo sobre moradores com mais de 65 anos, e que residam há mais de quinze anos no mesmo local, sendo certo que sabemos que dado o envelhecimento da população no centro histórico do Porto, nas freguesias mais afetadas, e dado o seu elevado enraizamento nas suas zonas, este projeto-lei abrange uma percentagem muito significativa, senão a maioria das pessoas atingidas por este problema. A verdade é que o despejo constitui, de certa forma, um duplo drama: há por um lado, o despejo em si com o que acarreta de humilhação e de sofrimento, contra o qual a Câmara pouco pode fazer, e depois há a incapacidade económica das pessoas que são despejadas que as impede



de voltarem a encontrar alternativas a preços que possam suportar nas suas zonas. O que quer dizer que o problema dos despejos não é dissociável do problema mais lato e mais vasto do problema da habitação ou melhor, da falta de habitação a rendas acessíveis, a rendas razoáveis, a rendas justas e compatíveis com os rendimentos dos portugueses, tal como não é, obviamente, dissociável da deficiente regulação de alojamento local ou da insuficiência do parque habitacional camarário. Para colmatar essa escassez de habitação a preços acessíveis é necessário investimento público, e é necessário investimento público de grande impacto, que coloque centenas ou milhares de alojamentos no mercado de arrendamento a rendas acessíveis, e que permita reabilitar ilhas do Porto, procurando seguir o modelo que esteve por trás da realização da Ilha da Bela Vista. Nós defendemos uma política de habitação e de investimento ativa e não reativa, estrutural e não meramente pontual, e é aqui, é neste campo que, quanto a nós, o Executivo tem falhado. A Câmara Municipal tem-se pautado estes anos pela inércia e pela apatia, o Executivo cruzou os braços, e ficou à espera da iniciativa do Governo. Nós não temos dúvida que o ator fundamental nesta questão é o Estado Central, e que é o Governo por via de políticas nacionais de habitação, por via de investimento público na habitação, por via, inclusivamente de diplomas legislativos, que tem que dar um grande contributo na resolução do problema. Como é sabido, foi apresentado pelo Governo em abril uma nova geração de políticas de habitação integradas num programa operacional, e está neste momento em discussão pública, até dia 13 de julho, o projeto de lei de bases de habitação do Grupo Parlamentar do PS, elaborado pela Deputada Helena Roseta. Ora, não consta que a Câmara tenha enviado contributos para esta discussão, e é preciso salientar que o regime especial de proteção das lojas históricas partiu de um diploma do Partido Socialista que já permitiu auxiliar e socorrer inúmeras lojas com uma forte marca identitária e muito caras à cidade. Só que a questão é que, o facto de o Estado ser a peça-chave neste processo, não pode servir de desculpa para a Câmara Municipal não assumir um papel complementar, um papel coadjuvante, ou não tentar, ao menos, mitigar ou suavizar o impacto social e humano da escalada dos preços da habitação e dos despejos. E mais, o investimento público em habitação é tanto mais desejável quando queremos evitar medidas extremas e de urgência que acabem por desencorajar ou travar a dinâmica da reabilitação urbana de que a cidade precisa para recuperar o seu edificado e que é fundamental, neste momento, para alimentar a economia local. E é por isso que



o PS volta a insistir na sua proposta de um plano de parcerias entre o município e investidores privados. Lisboa já está a fazê-lo com o seu programa de renda acessível. A primeira fase desse programa está no terreno, pretende chegar a um universo de mil e cem pessoas, envolve ou mobiliza património da Segurança Social, e implica um investimento de dezassete milhões de euros da Câmara Municipal de Lisboa, algo que se encontra perfeitamente ao alcance da Câmara de Lisboa e perfeitamente ao alcance da Câmara Municipal do Porto. A meta do programa do PS era a de disponibilizar, no espaço de um mandato de quatro anos, três mil alojamentos a rendas acessíveis, o que implica um investimento total municipal de quarenta milhões de euros (apenas a arrecadação prevista da taxa turística perfaz praticamente metade deste valor, pelo que está ao alcance da Câmara Municipal). O Senhor Presidente há pouco lamentava que as propostas que aqui foram feitas não eram exequíveis e não dependiam da Câmara, pois aqui está uma proposta que depende ou que pode depender da Câmara, e que está ao alcance da Câmara. E o que vale para habitação em termos de rendas acessíveis, também vale para a habitação social, e é este modelo que o PS defende que está neste momento a ser utilizado para a construção do novo Bairro Rainha Leonor com custo zero para a Câmara, porque a Câmara limita-se a ceder o terreno, a empresa privada constrói os dois novos prédios de habitação social e depois construirá um empreendimento que arrendará como entender. Este modelo é capaz de dar resposta às duas dimensões do problema, é capaz de dar uma resposta à falta de habitação a rendas acessíveis e é capaz de permitir expandir e aumentar o parque habitacional municipal, isto sem prejuízo de medidas de caráter mais urgente, e o PS acompanhará algumas das propostas que aqui foram feitas pelo Bloco e pela CDU.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN):

- Como todos sabemos a habitação é um direito consagrado no sexagésimo quinto artigo da nossa Constituição. Entendemos que a habitação significa muito mais para além do mero alojamento, implica que quem habita reconheça o espaço como seu, se sinta responsável por ele, e significa também integração e felicidade. É normal que as pessoas queiram viver no Porto. Consideramos que é papel da Câmara Municipal ouvir os residentes, as associações de moradores, os proprietários e criar condições para que isso



aconteça. Ao convocar quem vivencia os problemas de habitação no Porto está a permitir-se o desenho de soluções capazes de corresponder às especificidades do território e a envolver as pessoas neste processo. Sabemos que até 2050 a população em meio urbano será o dobro da atual. A habitação é um problema que tem que ser resolvido por antecipação. É um objetivo do desenvolvimento sustentável garantir que todos tenham acesso a uma habitação, segura, adequada e a preço acessível até 2030. Na Estratégia Nacional de Habitação é revelado, por um lado, o elevado número de fogos devolutos e, por outro lado, a dificuldade de acesso das famílias e uma habitação adequada de acordo com as suas posses e as suas necessidades. É usada a expressão: tanta gente sem casa e tanta casa sem gente. Segundo dados veiculados pela comunicação social, o Banco Nacional do Arrendamento registou no Porto durante a sua existência ou até ao momento, quatro mil quinhentos e sessenta e três processos de despejos, dos quais 1873 acabaram por efetivar-se. Sabemos inclusivamente que as ilhas albergam um número significativo de famílias, muitas delas em condições deploráveis, e sabemos também que o exemplo da Ilha da Bela Vista é um exemplo a seguir. Permitiu reconverter as habitações em alojamento digno e representa uma mudança paradigmática na forma como se concebe a habitação, através da intervenção do Laboratório de Habitação Básica, com um modelo de habitação participada, de claro sucesso, em que as pessoas participaram na construção das suas atuais e futuras casas, no fundo, na reconstrução dos seus sonhos. Também a recuperação do Bairro Rainha D. Leonor mostra como é possível chegar a acordos que viabilizem a manutenção dos moradores no local onde vivem e ao mesmo tempo deixa satisfeitos os investidores. Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe à Assembleia Municipal recomendar ao Executivo que crie um Fórum para ouvir as preocupações dos inquilinos e dos proprietários do Porto, com vista a encetar um plano que possa responder a ambas as partes acompanhando-os na resolução deste problema. Propõe também prosseguir com a aquisição das ilhas para a sua recuperação tendo em vista a manutenção do seu uso para habitação; efetuar acordos com proprietários e investidores garantindo que os moradores possam continuar com rendas controladas pela Autarquia; a criação de um fundo social de emergência, especificamente destinado a pessoas que estando a viver há mais de cinco anos no Porto sejam despejadas e não tenham meios para obter casa própria, ou novo arrendamento, e possam ter um apoio financeiro que lhes permita continuar a residir na cidade; a criação de um serviço



específico de apoio à reabilitação urbana para proprietários e inquilinos. A questão habitacional deve ser encarada como um assunto prioritário nas agendas políticas e o Porto não pode ficar rotulado de falta de vontade política para resolver estes problemas. Por se reconhecer a importância de um trabalho exaustivo nesta matéria e participado, um trabalho de análise com o contributo de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal, propomos também um grupo de trabalho subordinado ao tema da habitação, conforme previsto no artigo vigésimo do nosso regimento. Aproveitando ainda o tempo que me resta, gostaria também de, se fosse possível, questionar o Senhor Presidente da Câmara relativamente à Ilha da Tapada. Sabemos que no dia 31 de janeiro de 2018, pelas 10,30, foi recebida a Comissão de Associação de Moradores aqui presente pelo Executivo Camarário, e que lhes foi transmitido que iria ser exercido o direito de preferência. Neste contexto, aproveito para questionar qual o ponto de situação da questão. Relativamente ainda às propostas que aqui são apresentadas pela CDU, gostaria de propor que fosse ponderada a votação por pontos da proposta relativa à lei do arrendamento urbano. Relativamente ao plano de emergência também, e à regulamentação do alojamento local, acompanharemos. Relativamente às propostas do Bloco de Esquerda, Observatório da Habitação e Gabinete Municipal de Apoio, sim, criação e reforço de respostas públicas de habitação, gostaríamos que fosse votada por pontos, uma vez que consideramos que se propõe criar a Comissão, e os outros dois pontos deveriam derivar dessa Comissão. Relativamente à moção por políticas públicas de proteção de direito à habitação, gostaríamos também que ponderassem a divisão por pontos, porque temos algumas dúvidas relativamente ao ponto três, mas isso não impedirá de a votarmos favoravelmente caso não acedam.

O Senhor Presidente da Câmara (Rui Moreira):

Em relação ao Bairro da Tapada sim, houve uma primeira tentativa de exercer o direito de preferência, que foi frustrada por razões processuais bem conhecidas, mas o Bairro foi posteriormente colocado de novo à venda e nós exercemos o direito de preferência. São trinta e tal casas que a Câmara Municipal do Porto manifestou interesse em adquirir. Existia um problema com a Conservatória, mas julgo que não vai haver retrocesso e que podemos dizer que o Bairro da Tapada vai passar a ser do domínio municipal, mantendo naturalmente os moradores existentes. Era um dos bairros prioritários e estava numa



zona onde nós podíamos exercer o direito de preferência que não podemos exercer sempre. Queria também dizer que, neste momento, estão em curso cerca de 14 opções, que nós declaramos e que estão à espera de se concretizarem, uma delas à espera de formalidades várias. São cerca de dez milhões de euros de investimento.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (Porto Autêntico):

- Achamos que, de facto, é importante discutir a política de habitação no Porto, a questão dos despejos e do esvaziamento da cidade, provocados pelos contratos de arrendamento. Sobre isto gostaríamos de fazer aqui duas observações prévias: em primeiro lugar, dizer que o esvaziamento da cidade e do centro histórico não é um fenómeno dos últimos dois anos, é um fenómeno que se tem vindo a verificar progressivamente nas últimas décadas e quase de forma constante. Ou seja: o número de habitantes que o Centro Histórico vai perdendo é o mesmo nos últimos vinte anos, de forma constante. Esta é uma matéria que não é nova e que foi discutida na última campanha eleitoral e que embora não correspondendo a uma solução de puro eleitoralismo é uma matéria que já foi discutida. Estamos perante o repisar de muitos argumentos e do discurso que foi feito e da retórica que foi utilizada há 10 anos atrás. Sobre esta matéria o PSD está particularmente à vontade, por uma razão fundamental: nós não estamos no Governo, lamentavelmente, apesar do termos ganho as eleições, e também não estamos no Governo da Câmara, diria também lamentavelmente, por vontade dos cidadãos, dos portugueses, dos portuenses, nos últimos dois atos eleitorais. Isto deixa-nos particularmente à vontade para discutir o assunto. Na verdade, mais ninguém nesta sala está tão à vontade para discutir esta questão como nós. Não deixa de ser curioso que o Partido Socialista tenha criticado hoje a política municipal da habitação quando esteve aqui quatro anos, e o fenómeno era o mesmo que existe atualmente. Dizer que não era uma política estrutural, que não era uma política reativa como não era uma política ativa, é curioso, até porque creio que o Pelouro da Habitação era do Partido Socialista. Por outro lado, é preciso recordar que de facto a Lei que criticam, a chamada Lei Cristas, é uma lei de 2012, mas em 2017 foi alterada com os votos do Partido Socialista, na atual legislatura e com base nesta nova maioria parlamentar de esquerda. Eu acho que isto é pura demagogia. Eu gostaria de dizer que em sede de habitação concordo com quase noventa por cento daquilo que disse o Senhor Presidente da Câmara aqui hoje sobre política de



habitação. É sabida a nossa divergência relativamente aos direitos de preferência, mas, no resto, em geral, estamos de acordo. O direito à habitação é um direito constitucional que tem que ser assegurado em primeira linha pelo Estado Português. É com ele que os cidadãos e as autarquias devem contar, e é no plano legislativo que estas questões devem ser resolvidas. Espero que esta nova vaga de diplomas que se anuncia como a nova primavera do primeiro direito, seja mais primeiro direito do que esquerdo, porque da esquerda não temos tido boas notícias. De facto, esperemos que venham aí boas soluções. Esta discussão desenrola-se no plano legislativo e no plano governamental, e aqui estamos a falar das políticas municipais. Em matéria de políticas municipais, devo dizer que muito do que o Senhor Presidente aqui defendeu, o PSD também defendeu no seu programa eleitoral, e entendemos que há muito a fazer para combater a desertificação da baixa da cidade. Também sobre isso queria dizer o seguinte: nós não podemos fazer a defesa do turismo, do chamamento de empresas com emprego qualificado, de sedes de instituições, sedes de empresas, escritórios, serviços, e depois esperar que eles se implantem, digamos, no vazio. É óbvio que é suposto que vão ocupar algum espaço e o desenvolvimento da economia supõe isso mesmo. A economia é um motor de desenvolvimento, neste momento alguns espaços da Baixa têm que ser ocupados por esses serviços, mas o problema da habitação é também um problema de emprego e, portanto, eu acho que nesta matéria o ciclo é virtuoso e não vicioso. Mas no que diz respeito e em concreto à questão das políticas municipais, nós entendemos que há três planos em que ela se pode e deve desenvolver, e creio que a Câmara também defende isso: sob o ponto de vista da regulamentação urbanística existe um diploma fundamental que é aprovado pelo Município, pelo Executivo, que é o PDM. De facto, o PDM tem aqui um papel absolutamente fundamental, designadamente procurando contribuir para uma maior oferta. Nós concordamos que um dos problemas do Porto é a existência de um desequilíbrio entre a procura e a oferta. O PDM é um instrumento poderosíssimo na matéria permitindo o aumento da capacidade construtiva na cidade e procurando através do funcionamento do mercado também contribuir para uma diminuição das rendas que são hoje praticadas na cidade. Outro aspeto importante será também uma discriminação positiva dos índices de construção quando ela se dirige ao arrendamento condicionado e mais penalizante quando ela se destina a outra finalidade. Outro âmbito em que o PDM tem um papel importante é no condicionamento dos espaços ocupados na baixa do Porto, definindo



áreas de serviços, definindo áreas de habitação e, portanto, a afetação de usos. Parece-nos que esse é um instrumento que defendemos e que pode constituir uma oportunidade a não perder. Finalmente no plano da política fiscal, e sobre isso é conhecida a posição do PSD, gostaria que as chamadas ARUS abrangessem toda a cidade, reduzindo as taxas quer de construção, quer do IMI, para toda a cidade, contribuindo com isso para tornar a habitação e a construção da habitação mais barata e também a sua utilização e a sua aquisição. Também defendemos que tenha lugar, isso já num plano legislativo nacional ou governamental, a redução do IVA, a exemplo do que sucede, por exemplo, nas áreas de reabilitação urbana, na área da construção. Achamos que essa era uma medida muito positiva para o aumento da construção e para o aumento da oferta. E depois, a redução permanente e sistemática do IMI, a afetação do IMI e do IMT, justamente também ao ordenamento condicionado da taxa da taxa turística. Finalmente, num plano já de promoção à construção de habitação, estamos totalmente de acordo com o modelo do Bairro Rainha D. Leonor, aliás dissemos isso durante o último mandato, achamos que esse é um plano que pode e deve ser muito explorado, aliás, não apenas ao nível da permuta de terreno, mas até na permuta do índice de construção, por exemplo, quem constrói arrendamento condicionado deveria ter compensações noutras áreas da cidade, ou até noutros terrenos. O exemplo do Bairro rainha Dona Leonor é um exemplo isolado que pode, e deve, ser implementado a outros níveis. Também achamos que a Câmara tem muitos imóveis, é um dos maiores proprietários do país, e que não faz sentido que muitos desses imóveis não sejam utilizados designadamente para aumentar a oferta em termos habitacionais. Finalmente, entendemos que a cidade do Porto tem falta de oferta de habitação no mercado, mas tem também muita oferta, muitas habitações devolutas, não apenas municipais mas também privadas, que a Câmara poderia e deveria explorar, estabelecendo contratos programa de rendas e contratos com os proprietários no sentido de inserir essas habitações no mercado. É esta perspetiva muito mais colaboracionista do que intervencionista e pública que nós defendemos.

O Senhor Presidente da Câmara (Rui Moreira):

- Uma nota rápida acerca do que foi dito. Queria chamar a atenção quanto às ARUS: a ARU da Foz Velha está neste momento em fase de delimitação e, por proposta do Partido Socialista que foi acolhida por nós, está a ser preparada uma ARU para Azevedo de



Campanhã. Relativamente aos benefícios fiscais, eles existem no caso de reabilitação de edifícios com mais de trinta anos fora das ARUS, não é apenas nas ARUS, quer em relação ao IVA quer no que diz respeito ao IMI. Há a ideia de que a Câmara Municipal do Porto é um grande proprietário de edifícios excluindo naturalmente os de habitação social, que são treze mil e tal casas, e na presente data, o estado de ocupação das habitações localizadas no centro histórico sob gestão da Domus Social (isto é muito importante, porque há ideia que no centro histórico há casas que não estão ocupadas) é o seguinte: temos ocupadas 274 ex CRUARB, também ex CRUARB estão em requalificação, 15, requalificadas e disponíveis à data de hoje, 2, habitações provenientes da ex Fundação do Desenvolvimento do Centro Histórico do Porto, temos 31 ocupadas, 2 em requalificação, não temos nenhuma disponível e depois, temos umas outras provenientes através de contrato de promessa de compra e venda também do Fundo de Desenvolvimento da Zona Histórica, estão 51 ocupadas, não está nenhuma em requalificação, nem está nenhuma disponível. Estes são os elementos "reais", e esta informação, aliás, já foi solicitada no Executivo anterior pelo Senhor Vereador Pedro Carvalho, porque existe a ideia recorrente de que algumas casas são nossas e estão disponíveis, quando são da Santa Casa da Misericórdia ou de outras instituições. No centro histórico temos ainda um conjunto de outras edificações que estão a ser, de facto, reabilitadas, a reabilitação dos 17 edifícios que nós falamos, e que vão permitir 56 fogos e 9 espaços comerciais. Estes são os elementos que temos, elementos, aliás, que foram facultados aos Senhores Deputados. Há uma análise depois de edificações que tem a ver com habitações devolutas que passarão para a Domus logo que possível, algumas delas foram aqui referidas. As casas estarão incluídas no Fundo Nacional, portanto, fazem parte do lote de edificado municipal que nós pretendemos passar para o Fundo, que aliás, é uma medida que este Governo tomou. A Câmara do Porto assinou esse compromisso e, portanto, essas casas que foram referenciadas passarão para esse fundo de reabilitação, se ele vier a aceitar, julgo que sim, julgo que não haverá problema.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU):

- Que fundo de reabilitação é esse a que se está a referir?

O Senhor Presidente da Câmara (Rui Moreira):



- Foi criado por este Governo um Fundo FNRE, em que os Municípios e também privados passam a propriedade para esse Fundo, o Fundo reabilita a habitação, coloca a habitação no mercado de arrendamento a preço controlado e quem passar edificado para esse Fundo passa a ter uma unidade de participação. Isso foi criado já por este Governo, depois posso-lhe dar mais informação sobre isso. Há vários organismos que estão a recorrer a isto. Passamos a ter unidades de participação. Isto aplica-se mais em Lisboa, porque há muita habitação desta natureza e a Câmara de Lisboa tem vindo a desenvolver este modelo desta forma. Eles não são obrigados a ficar com os fogos, como compreende. Nós identificamos os fogos e dizemos assim: estes são os fogos que nós temos que podem vir a entrar no Fundo. Depois, o Fundo faz a avaliação técnica e vê se aquilo tem condições, ou seja, se pode ser reabilitado e colocado no mercado a preço acessível. Se o Fundo entender que não, teremos que ser nós a pensar o que é que lhe vamos fazer. É este o modelo que não podemos naturalmente adotar sem trazer aqui. Mas também não podemos trazer sem saber se eles aceitam as casas.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE):

- Uma nota em relação à intervenção do Senhor Deputado Francisco Carrapatoso que acho que nos proporcionou um momento de leveza na tensão que está instalada na sala quando disse que está à vontade para falar destas questões, quando a lei das rendas que é uma das grandes causas do que se vive na cidade neste momento, é uma lei que foi aprovada pelo Governo do PSD e CDS. A Lei Cristas é uma Lei que foi criada em 2012. Em 2017 foi levada à Assembleia da República uma proposta de revisão, mas uma proposta de revisão muito específica que dizia exclusivamente respeito às lojas históricas. É muito pouco honesto dizer que o Bloco de Esquerda aprovou a Lei que está a gerar a situação que se vive na cidade, e é populista dizer que o Bloco votou favoravelmente esta Lei, ou que esta Lei é do Bloco. Esta Lei é uma Lei do PSD e do CDS, é uma bomba ao retardador, tendo o Bloco avisado acerca dos seus efeitos. Neste momento, a realidade das pessoas na cidade é da responsabilidade do PSD e do CDS no Governo. Relativamente às questões que entretanto foram colocadas, e em relação ao que nos trouxe o Senhor Presidente no seguimento da intervenção inicial que fizemos, é pena que não tenhamos evitado as picardias e o dito esforço conjunto que no início da minha



intervenção procurei que esta Assembleia pudesse promover. Pergunto-me quantas vezes mais até ao final do mandato vamos ouvir o argumento de que este é o Executivo que foi sufragado. Este é o Executivo que foi sufragado, mas a democracia não funciona assim, não é um concurso de ideias em que ganha uma. Na Assembleia Municipal o Grupo Rui Moreira não tem maioria e as pessoas da cidade votaram de outras formas para que quem está nesta Assembleia possa defender os seus interesses., pelo que o Bloco de Esquerda quando aqui vem trazer as preocupações das pessoas está a defender os interesses das pessoas que votaram na cidade do Porto e que não votaram Rui Moreira. Sendo assim, eu pergunto quantas vezes mais nós vamos ouvir este argumento, tal como pergunto se vai ser preciso fazer uma explicação, uma fotografia, um artigo, um desenho sobre o que é uma maioria parlamentar. Uma maioria parlamentar não significa que o Bloco de Esquerda está no Governo ou que o Bloco de Esquerda é legislador. O Bloco de Esquerda na Assembleia da República é tão legislador quanto o CDS, quanto o PSD, quanto a CDU e quanto o PS. Vamo-nos deixar de populismos e de picardias vazias nesta Assembleia. O Bloco de Esquerda na Assembleia da República tem-se batido pela alteração à lei das rendas, trouxemos a necessidade de alteração à lei das rendas e fizemos um pedido de suspensão dos despejos que se traduziu numa suspensão que no nosso entender tem eficácia reduzida, e que ao contrário do que disse o Senhor Deputado Rui Lage, não resolve a maioria das situações. Ouvimos o caso de uma senhora vítima de bullying imobiliário. Não sabem o que é? Eu posso explicar: bullying imobiliário é o que está a acontecer às pessoas que deixam de ter elevador para subir para as suas casas, é aquilo que está a acontecer às pessoas quando o senhorio faz obras à volta da entrada de casa de tal forma que as pessoas não conseguem entrar nela, é o que está a acontecer às pessoas quando o senhorio lhes leva uns papelzinhos para assinar e as pessoas desinformadas assinam um papel que lhes retira a casa onde viveram toda a sua vida. Esta senhora não cabe dentro dos critérios que o PS fez aprovar para a suspensão dos despejos, porque não tem os 65 anos ou os 15 anos de antiguidade na casa, e portanto está numa situação dramática. Relativamente à demagogia das propostas do Bloco de Esquerda, a criação de um Observatório de Habitação que promova a monitorização das necessidades habitacionais aferindo a capacidade da carga turística, não tem nada de demagógico. Isto não tem custos inexequíveis para a Câmara,



não custará certamente noventa milhões de euros e é possível de aplicar, nomeadamente em face dos resultados do IMT e da própria taxa turística, que é isto que devia servir. A criação de um Gabinete Municipal de Apoio aos Inquilinos, que esclareça as vítimas dos despejos, que promova a sua formação, que garanta que as Juntas de Freguesia conseguem dar apoio às pessoas, não é demagogia. É isto que as pessoas esperam da Câmara, de um órgão decisor, a proximidade ao que são as suas vidas. Ainda dentro das propostas do Bloco de Esquerda para a cidade, a criação de uma comissão composta por representantes de cada grupo municipal que proceda à elaboração da estratégia local prevista para a habitação municipal, garantindo o primeiro direito, em que é que isto é demagogia? O Senhor Presidente e o Executivo trouxeram aqui a preocupação com a falta de concretização das promessas da Senhora Secretária de Estado. Neste momento, o primeiro direito permite a concretização de uma série de medidas, nomeadamente relativas às ilhas. Em que é que é demagogia a criação por parte do executivo da estratégia local de aplicação deste programa, a revisão do regulamento do parque habitacional, a constituição de uma Comissão para acompanhamento dos processos de despejo na Câmara? Em que é que isto é demagogia? As pessoas que têm falado connosco, e o Bloco de Esquerda não inventa pessoas, não inventa situações, o que nos dizem é que a primeira coisa que fazem quando recebem a notificação de despejo é ir à Câmara procurar uma casa. E não têm esta resposta na Câmara. A lista de espera na Câmara continua extensa e a resposta não garante este direito, o que tem correspondente no que está a acontecer nas casas da Câmara no que aos despejos diz respeito, que são procedimentos administrativos relativamente aos quais as pessoas só podem recorrer ao Tribunal Administrativo. E depois temos a Câmara a advogar em causa própria relativamente a estas situações. Não vejo em que é que é demagogia que se corrija uma situação que diz respeito aos direitos fundamentais das pessoas. Fazer reverter os resultados do IMT e da taxa turística para investimento público em habitação, não é demagogia, é da responsabilidade de uma Câmara que se preocupa com as pessoas. E é curioso que o Senhor Presidente diga que é demagogia que o Bloco de Esquerda proponha que a Câmara reivindique junto do Governo uma série de propostas, mas que no fim da sua intervenção diga que a Câmara está a preparar uma proposta de alteração legislativa, e aí já não é demagogia. O Bloco de Esquerda na Assembleia da República tem lutado pela regularização do alojamento local pelas Câmaras, pelo fim



dos benefícios fiscais e das facilidades atribuídas a entidades, como os vistos Gold, como sabemos. Nós temos feito esta luta na Assembleia da República, assim como o Senhor Presidente tem usado da sua influência enquanto Presidente da Câmara Municipal do Porto junto do Governo para fazer valer uma série de questões que, no seu entender, são do interesse da cidade. Esta questão não são menos do interesse da cidade, pelo que não vejo em que é que mais uma vez aqui temos a demagogia. Não é honesto dizer que o Bloco de Esquerda utiliza as pessoas que estão na cidade a organizar-se. O Bloco de Esquerda não está nessa mesma organização, o Bloco de Esquerda está atento ao que está a acontecer na cidade. A questão que se coloca, essa sim, é onde é que está a Câmara quando os elevadores dos prédios das pessoas deixam de funcionar? Onde é que está a Câmara quando as pessoas estão a ser vítimas deste bullying imobiliário? Senhor Presidente vá à Vitória, fale com as pessoas da Vitória, fique hoje até ao fim desta sessão para ouvir as pessoas que aqui estão falar das suas situações. Acusar o Bloco de demagogia e trazer como contrapartida aquilo que é uma medida pontual, como o direito de preferência, ou mesmo, o apoio previsto para a Associação de Inquilinos que servirá algumas pessoas, não é coerente. Finalmente gostaria de dizer que o que nos preocupa efetivamente é que, dentro das medidas que o Senhor Presidente vem apresentando nós ouvimos falar destas medidas vezes demais, as dezassete casas que estão para reabilitação, edifícios e que se vão traduzir em 56 habitações, ouvimos falar destas casas há três anos, há três anos ouvimos uma vez o anúncio, o ano passado, agora o anúncio. Queria só terminar dizendo: as pessoas de quem falamos, que são pessoas e perdoem-me a expressão, desfavorecidas, ou pessoas em situação de vulnerabilidade, são apenas pessoas que nasceram numa zona diferente da cidade, Senhor Presidente, as pessoas não escolheram onde nasceram não escolheram a família que têm, saiu um estudo esta semana da OCDE que diz que são precisas 5 gerações para sair da situação de pobreza, para passar para uma situação de classe média, e isto não é uma realidade que se aplique a todas as gerações ou a todas as pessoas que passam estas gerações. A OCDE também está a ser demagógica pergunto? Tem que se defender os direitos das pessoas no que toca a habitação, não é que quem tem posses pode ter os seus direitos e que quem não tem sujeita-se. As pessoas têm o direito inalienável à habitação, e é isso que a Câmara Municipal tem que defender.



O Senhor Presidente da Câmara (Rui Moreira):

- Já expressei qual é a posição do Executivo sobre esta matéria, mas ainda assim, e tendo em atenção algumas coisas que aqui foram ditas pela Senhora Deputada, gostaria de poder dar algumas informações que nos parecem relevantes. Sobre despejos em habitação municipal, e porque esse assunto foi aqui referido, em 2014, foram instruídos 154 processos, dos quais apenas 41 foram executados. Em 2015, foram instruídos 169 processos, e executados 60, em 2016, instruídos 571, dos quais 41 foram executados, em 2017, de 194 processos apenas 34 foram executados e, neste momento, temos 24 processos instruídos e 33 despejos executados, dos quais alguns do ano passado. Agora atentem por favor aos valores relativos aos despejos executados este ano: por não utilização da habitação, ou seja, casas que estão comprovadamente fechadas, 13, por débitos de renda superior a seis meses, 13 (casas que curiosamente todas estavam desocupadas), por utilização contrária à lei, normalmente casos que transitaram em julgado sobre a utilização da casa para fins relacionados com o tráfico de droga, 6, e depois, um caso de subarrendamento, havia uma habitação social que estava a ser usada para alojamento local e as pessoas foram despejadas. Reparem, em treze mil casas, se não considerarmos a não utilização da habitação e os débitos relativos a casas vazias e que também não estavam a ser pagas, temos sete, portanto, eu peço desculpa, mas é demagógico dizer que a Câmara Municipal do Porto está a fazer despejos arbitrários na sua habitação. Peço desculpa Senhora Deputada, mas quando invoco aqui argumento demagógico é exatamente por se jogar com números que não conferem com a realidade que tem sido percecionada ao longo dos últimos anos. Relativamente aos despejos, e relativamente a casos transitados em julgado que envolvam tráfico, vamos continuar a política que seguimos nos últimos quatro anos e proceder ao despejo. Por muito transtorno que se possa causar às famílias que vêm um membro do seu agregado familiar ser preso ou ficar numa situação de privação de liberdade, e nós compreendemos a posição do Senhor Provedor, estamos muito preocupados com as outras pessoas que lá vivem, e tem que se cumprir a Lei. Queria também dizer o seguinte: quanto ao primeiro direito invocado, ele foi publicado no dia quatro deste mês, e agora o que falta? É preciso que cada Município e também o IRU, preparem um plano estratégico. Hoje é dia 18, e já anunciei há pouco a contratação do Senhor Professor Doutor Alberto Castro para nos ajudar a fazer um plano estratégico, que naturalmente será trazido aqui, porque ninguém



tem plano estratégico, o IRU não tem. Não é possível fazer isto mais depressa. O IRU não tem plano estratégico porque, naturalmente não o podia ter sem a publicação desta Lei. De qualquer maneira queria também dizer o seguinte: quanto à proposta de alteração legislativa ainda bem que o Bloco apoia isto, nós vamos preparar um documento, porque fomos instados para isto pela Senhora Vereadora da CDU e, portanto, aquilo que a Câmara fez, o Executivo fez, foi dando seguimento a uma proposta apresentada pela Senhora Vereadora que o confirmará, encomendamos, naturalmente, a um escritório de advogados que sabe preparar isso, uma proposta para alteração da Lei, que será trazida também a Executivo e depois será enviado aos grupos parlamentares, portanto, não é uma iniciativa avulsa, correspondeu alguma coisa que foi defendido pela Senhora Vereadora da CDU. Sobre a influência, sabe, eu gosto sempre que os Senhores digam que eu tenho influência e os Senhores também têm, a Senhora Deputada também tem e os partidos têm. Principalmente aqueles que apoiam o Governo. Há muitas formas, há muitas formas de cozinhar frango. Os Senhores têm tudo na mão para exigir medidas ao Governo se entendem que as medidas que o Governo está a tomar, não são adequadas. Queria dizer que a meu ver, o Governo está agir nesta matéria, nesta matéria aquilo que eu tenho visto da parte do Ministério do Ambiente e da Senhora Secretária de Estado corresponde à visão que nós temos nesta matéria, que é por um lado olhar pelos instrumentos financeiros públicos sem descartar naturalmente aquilo que é investimento público puro e duro, sem descartar também aquilo que é o mercado, já o disse volto a dizer, agora se os Senhores entendem que não é suficiente os Senhores têm muito mais possibilidades de o fazer em Parlamento. Trazer para aqui discussões do Parlamento, peço desculpa. É que nunca vi os Senhores levar para o Parlamento discussões sobre a cidade do Porto, esse é que é o nosso problema.

O Senhor Deputado André Noronha (RM):

- Já cheira a campanha. O que hoje aqui assistimos meus amigos, fez-me lembrar um daqueles programas que eu por sinal gosto bastante da Matthew Wilde, em que há uma luta de crias sob o olhar complacente da matriarca. Foi o que vimos hoje. O Bloco de Esquerda e a CDU, sem força para se imporem ao PS lá em Lisboa, nem no Governo, nem mesmo na Câmara, pretendem vir fazer um número ao Porto, onde sabem que



podem falar e dizer o que quiserem sem a responsabilidade de fazer coisíssima nenhuma. Como se verificou a partir das moções e recomendações, mas também das intervenções, a questão não é o Porto. Isto são provas de vida - e desculpem voltar ao tema, mas vocês também são recalcitrantes - da CDU e do Bloco de Esquerda sob o olhar paternalista do Partido Socialista que vê o cortejo passar, aplaude, diz que concorda, compreende muito, e nada faz. E assim ficamos. Tudo o que aqui se propôs meus amigos, tem de ser proposto diretamente a quem nos pedem que transmitamos a posição das proponentes, como se fôssemos pombos-correios das vossas lutas. Pergunta: o Bloco de Esquerda preocupadíssimo com tudo o que aqui nos trouxe, o que fez sobre alojamento local em Lisboa? Vossa Excelência guarda prudente silêncio, não sabe o que dizer, sabe porquê? Porque não tem o que dizer. O que fez sobre a cessação dos arrendamentos em Lisboa? Têm lá um Vereador sentado que entra mudo e sai calado. Esta conversa meus amigos é, no essencial, entre estes senhores, existe deste lado da Assembleia, nós somos espectadores, mas, como muito bem disse o Senhor Presidente da Câmara, nós não nos demitimos das competências que temos. É sobre esta matéria temos que voltar a recordar, por muito que custe ao Bloco de Esquerda, qual foi o programa que foi votado maioritariamente na cidade do Porto. É claro que a maioria não exclui as minorias, por isso é que a ouvimos com tanta paciência Senhora Deputada, pois é, a questão das crias e das matriarcas, mas temos que voltar ao nosso programa, porque somos fiéis ao nosso programa e nele fomos muito claros sobre política de habitação e dissemos que ele tinha três níveis de intervenção. Um primeiro nível, o nível de emergência, não é da competência da Câmara Municipal do Porto. Essa competência é da Segurança Social, mas este Executivo que está aqui a dar a cara lançou de mote próprio, sem estar legalmente obrigado, um programa, o Porto Solidário que disponibiliza uma verba de cerca de dois milhões de euros para apoiar o pagamento da renda, quer mesmo prestações de casa própria. Nível dois: pessoas com carência permanente, temos programa de habitação social, vinte e dois milhões de euros gastos em reabilitação. Estamos seis vezes acima da média nacional no que diz respeito ao rácio entre o número total de fogos e aqueles que são camarários. Doze por cento dos fogos da cidade do Porto são municipais, treze por cento das pessoas vivem em habitação social, o que é o dobro do que tem Lisboa. Não peçam à Câmara Municipal do Porto mais em número. E depois, como o Senhor Presidente da Câmara teve oportunidade de dizer, e penso que



é evidente para toda a gente, até para um liberal como eu, há uma falha de mercado e há um outro nível de intervenção camarária para acorrer a uma falha de mercado. Há um projeto que foi apresentado também durante a campanha eleitoral, no Monte da Bela, para trezentos fogos em cedência de direito de superfície, e está em estudo a equação económica e o desenho de arquitetura. Estamos a falar de uma iniciativa que, obviamente, e agora falando diretamente aos Senhores do Partido Socialista, não pode ser a réplica do que se fez no Bairro Dona Leonor com o Partido Socialista no mandato anterior, e sabe porquê? Sabe? Não faça essa cara de espanto, porque vá tentar fazer isso em Azevedo Campanhã e vai ver o investidor que arranjam. Nenhum. Já se existe um terreno com perspectivas e vistas de rio existe uma equação económica possível em que se consegue um preço e que as pessoas vão para lá porque o preço da venda dos fogos remanescentes compensa o resto. Se tentar fazer em Azevedo Campanhã, não consegue, e o Senhor Deputado sabe disso. Portanto, quando aqui veio dizer que isto era a panaceia para todos os males, o Senhor Deputado sabe que não é verdade, e se não sabe tenho ainda mais pena. Depois, e eu não fujo à discussão, gostam de pôr nomes em tudo e falam da Lei Cristas. Temos de separar os casos dos despejos das cessações de arrendamento, são duas coisas completamente diferentes. O primeiro, o despejo, é um acidente anómalo na vida de um contrato, o segundo é o termo normal e convencionado do contrato. São coisas absolutamente diferentes. E é destes que, neste discurso populista, se culpa a denominada Lei Cristas, dos despejos abusivos, mas que são cessações do contrato no termo do seu prazo. Mas pergunta-se, e se a Lei não tivesse sido aprovada, essa Lei tão má, tão nefasta, os contratos continuariam a ser renovados ou não? Meus amigos, continuavam a não ser renovados, porque há contratos sujeitos a prazo desde 1990 e que terminam se o Senhorio não quiser renovar. Isto não é uma coisa de 2015. Isto não é uma coisa de 2014. Isto é uma coisa de 1990. E quem lhes disser o contrário, está-vos a mentir. Digo isto com todas as letras sem problema nenhum. Está a mentir. O discurso a este respeito é puro folclore jurídico. Demagogia e manipulação sem escrúpulos. Não tiro uma letra ao que disse. Querem voltar ao tempo em que não havia arrendamento simplesmente? A não ser para quem já o tinha? E em que os imóveis se degradaram em termos indignos porque a retribuição não era suscetível de viabilizar as obras necessárias? É a isso e a esse tempo que queremos voltar?



Outra das críticas fáceis que se faz é que a nossa baixa, as casas onde moravam pessoas, estão todas a mudar para alojamento local. Nós podemos ter uma perceção, e eu acho legítima a perceção e posso perceber a perceção, mas ela não bate com os números. É normal que assim seja. Posso vos dizer que sessenta por cento da reabilitação ocorrida e que está em alojamento local foi em prédios que estavam devolutos há muitos anos pelo que a escolha é esta: meus amigos, querem as casas a cair na baixa, porque ninguém tem dinheiro para pegar nelas e ninguém vive nelas porque estão a cair ou querem que haja uma forma de as reabilitar e as tornar economicamente viáveis? Os tempos, como aqui foi dito, são diferentes. Eu não tenho medo das palavras, nunca tive, nem do politicamente correto ou incorreto, mas para mim é evidente que nos tempos de hoje não há um emprego para a vida, não há casas para a vida, e a penalização do arrendamento mata a oferta e não deixa alternativa à estatização da habitação. Mas mesmo o alojamento local que é agora visto como o demo, meus amigos, e quem tem interesse e responsabilidades em Lisboa que fique com estes números, representa cerca de cinco por cento do edificado nas Freguesias do Centro Histórico do Porto, e há freguesias em Lisboa que já vão em treze por cento. E do Bloco ouvimos um silêncio ensurdecedor. Sobre os despejos que disse que eram diferentes, e que estão aqui metidos no mesmo saco, eles nada têm a ver com esta discussão sobre o alojamento local e sobre o perfil no Centro do Porto. Os despejos são incidentes anómalos que acontecem nos termos da Lei e dos regulamentos camarários. Estamos a falar de falta de pagamento de renda, estamos a falar até, pasme-se, de alojamento local dentro dos bairros camarários, estamos a falar da prática de crimes com condenação. Isto está previsto na Lei, nos regulamentos, trata-se de situações de incumprimento que não têm nada que ver com o resto da discussão. Vamos separar claramente e não meter tudo no mesmo saco. Não nos ouvem dizer, certamente, que o problema da alteração do perfil de utilização dos fogos no centro da cidade não existe. Ninguém aqui nega que essa é uma questão. Mas essa questão e as suas causas não têm a dimensão que se apregoa, sem prejuízo, é claro, e isto é muito importante para mim, de esse ser para a pessoa afetada o único problema. Eu percebo que para cada um aquele seu problema é único e é o seu problema, mas para quem tem funções executivas, o número dos problemas e o seu tratamento, têm que ser feito na globalidade, como disse o Senhor Presidente da Câmara, por muito simpatia que tenhamos e temos com os casos individuais. E desculpem-



me que vos diga que só quem não percebe nada de mercado ou de finanças pode pensar que se resolve o problema tornando perpétuos os arrendamentos, sem ver que ao tornar perpétuos uns, ficam todos os outros de fora. Ou então tinham que se construir fogos em terrenos que não há e com o dinheiro que não se tem. Faço aqui, aliás, notar, que o Estado tem bastante mais terrenos no Município do Porto que o Município. Aqui alguém lembrou, penso que foi o Deputado Lage, que tem três mil fogos, Senhor Deputado, o Município não tem terrenos onde caibam três mil fogos. É fácil dizer da boca para fora, eu vou fazer três, cinco, ou sete mil fogos, mas não há terrenos municipais onde caibam três mil fogos, e depois, o Estado que tem mais terrenos, saiba Vossa Excelência, que os vende sem nada dizer à Câmara Municipal do Porto. E também sobre esta matéria existe da parte do Bloco e da CDU um silêncio ensurdecedor.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU):

- Queria apenas saber se o Senhor Deputado está de acordo com a seguinte afirmação ou citação: nos primeiros momentos, a lei funcionou como estava previsto, depois aconteceu uma coisa que à época não era previsível, que foi o impacto do turismo e do alojamento local e, ao mesmo tempo o facto de a cidade ter começado a entrar no roteiro internacional dos investimentos imobiliários. Era preciso ao mesmo tempo que tivesse tido lugar, a nível municipal, um trabalho intenso de políticas de habitação e essa parte falhou, a Câmara não se preocupou. Eu acho que não está de acordo com o conteúdo da frase e portanto gostaria de saber a sua opinião.

O Senhor Presidente da Câmara (Rui Moreira):

- Ainda no sentido de dar alguns esclarecimentos que me parecem úteis, sobre um assunto que o Senhor Deputado referiu no fim da sua intervenção, vamos falar do que é o património do Estado na cidade do Porto. Património do Estado esse que, como sabem, está localizado na cidade do Porto, nalguns casos sendo utilizado, e noutros casos estando transformado em baldio abandonado. A Câmara tem tentado várias vezes, como sabem, adquirir algum desse património, e nem isso tem conseguido. Mas, recordo dois casos recentes que provocaram bastante polémica: o Campo Vinte e Quatro de Agosto, o antigo terreno onde havia estacionamento, junto à Avenida Fernão de Magalhães, quem desce, ao lado direito, antes da Junta de Freguesia, onde paravam autocarros.



Esse terreno foi vendido pelo Estado como contrapartida de uma não dívida fiscal e a Câmara do Porto não foi sequer informada. Mais recentemente nós soubemos pela comunicação social, a quem agradeço, que o antigo Asilo de Mendicidade do Porto, nas Fontainhas, aquele edifício gigantesco à saída da Ponte, que facilmente poderia ser reabilitado, foi colocado à venda pelo Ministério da Solidariedade Social sem nos dizerem patavina. Devo dizer que escrevi uma carta ao Senhor Ministro sobre a matéria que depois veio dizer que, enfim, que um dia destes temos que falar e ter uma reunião. Queria chamar a atenção que há instalações militares abandonadas um pouco por todo o lado, que acho, e já disse isto ao Senhor Primeiro-Ministro, o que vale em relação a todo o património do Estado que está na cidade do Porto e que não está a ser utilizado para fins públicos, que deveria pagar IML, que era a maneira do Estado perceber que o estacionamento destes terrenos numa cidade que está tão carenciada precisava de ser agilizadade outra maneira.

O Senhor Presidente da União de Freguesias do Centro Histórico (António Fonseca):

- Eu vou-me dirigir apenas ao Bloco de Esquerda. Eu não sei onde é que o Bloco de Esquerda tem andado nos últimos quinze ou vinte anos pelo seguinte motivo: há uns anos, antes de ser Autarca - costuma dizer-se que não há almoços grátis - almocei com candidatos à Câmara Municipal do Porto, nomeadamente, com o candidato Professor Teixeira Lopes, em 2005, apresentámos-lhe uma proposta relativamente à questão da habitação (reparem que em 2005, não era autarca, era um dirigente associativo) entregámos-lhe os documentos, e quando perdeu as eleições, desapareceu. Voltou a candidatar-se agora, nas últimas eleições. No passado dia catorze, convidámos para um debate os candidatos à Câmara Municipal do Porto com representação na Assembleia da República. Convidámos a CDU, e esteve lá a Senhora Vereadora Dr^a. Ilda Figueiredo, convidámos o Senhor Vereador Álvaro Almeida, convidámos o Senhor Professor Teixeira Lopes, do Bloco de Esquerda. Inicialmente era para ser no dia 17, e ele disse não estar disponível, pelo que eu pedi para indicar alguém, depois passámos para o dia 14, e voltou a dizer que não estava disponível e eu voltei a pedir para indicar alguém. Hoje ainda estou à espera que ele indique alguém. Basta de andar a confundir a opinião pública. Nós fizemos o segundo debate do território habitacional que tinha por objetivo ter



presente quem na Assembleia da República pudesse intervir para alterar a lei. Contámos com a presença da Arquiteta Helena Roseta, que foi um convite pessoal que lhe fiz e ela disponibilizou-se, e estão aqui moradores que estiveram nesse debate. Pergunto ao Bloco de Esquerda, o que é que andou a fazer nestes 15, 20 anos. Antes de ser autarca eu levantei essa questão, elaborei um documento como dirigente associativo para resolver as situações de habitação no Centro Histórico Porto, para os jovens que queriam constituir famílias e o Bloco de Esquerda nada fez. Confundir a opinião pública, fazer manifestações nos sítios errados, não, que façam na Assembleia da República que eu vou convosco, seja com o Bloco de Esquerda, seja com a CDU, seja com que Partido for, agora basta de manipular os moradores, confundi-los, e confundi-los com manifestações nos sítios errados. E já que estão aqui moradores que estiveram no debate eu quero dizer que o facto de eu votar, ou não votar, as propostas do Bloco de Esquerda ou da CDU, não significa que não esteja de acordo com o espírito, o que entendo é que isto tem que ser alterado na Assembleia da República. Por aqui andamos a perder o nosso tempo e vocês também andam a perder o vosso tempo. E em relação à CDU e ao Bloco de Esquerda façam um favor, não confundam a opinião pública. O Bloco de Esquerda escreveu uma carta a todos os Presidentes de Juntas, e perguntava: de quantas situações de despejo ou de cessação de contratos de arrendamento tem conhecimento na Junta no que ao arrendamento privado diz respeito? O Bloco de Esquerda que vá aos Tribunais saber quantos bancos nos últimos doze ou quinze anos receberam a participação das pessoas que compraram casas e depois ficaram sem a casa, que vá ir aos sítios certos saber o que pretende relativamente aos despejos em geral. A segunda questão só podia ser colocada à Câmara Municipal do Porto, e a terceira era a seguinte: quais são os recursos e mecanismos que a Junta dispõe para acompanhar esta situação e a apoiar as pessoas? Estão aqui algumas pessoas que, se calhar, estão a ser acompanhadas pela nossa Junta, quer pelas assistentes sociais, quer pelas nossas psicólogas, e foram encaminhadas também para a Associação de Inquilinos. Registo aqui com agrado o Protocolo que a Câmara Municipal do Porto vai fazer, ou já fez, com a Associação de Inquilinos. Bem hajam, porque é isso que nós fazemos, não façam é manifestações nos sítios errados.



O Senhor Deputado Rui Sá (CDU):

- Eu tive oportunidade de ler um edital de Vossa Excelência sobre a criação de um plano de emergência social na União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, etc., e gostava de saber se Vossa Excelência tendo essa preocupação vai votar favoravelmente a proposta de criação de um plano de emergência social apresentada pela CDU aqui na Assembleia Municipal que é o sítio certo neste momento.

O Senhor Presidente da União de Freguesias do Centro Histórico (António Fonseca):

- Eu acho que nós temos que nos complementar, a Câmara pode ter o seu plano, que nós também aproveitamos, e nós também temos o nosso plano. Curiosamente vamos levá-lo no dia 28 à Assembleia de Freguesia e espero que os camaradas do Senhor Deputado votem a favor.

O Senhor Deputado Diogo Meireles (RM):

- Permitam-me a esta hora da noite fazer aqui um exercício de memória. Em trinta anos, o Porto perdeu um terço da sua população. No passado, as pessoas tinham vontade de fugir da baixa, hoje têm a vontade de voltar. Onde havia uma ruína hoje vende-se um T3 por 800 mil euros e um T2 por 400 mil euros. Onde à noite havia medo de sair, hoje há alegria. Isto como primeiro ponto. Em segundo lugar, será que o problema é o do turismo? Creio que não. O Senhor Deputado André Noronha tirou-me aqui a deixa, veio aqui antes de mim, e realmente 60% dos alojamentos locais neste momento, estão localizados onde antes eram prédios devolutos. A solução será viver e continuar a viver em condições miseráveis e em prédios sem elevador, Senhor Deputado? Creio que não. A solução é renovar, reabilitar, melhorar as condições de habitação e tornar a habitação mais digna para todos. Naturalmente que há exigências neste âmbito da habitação e da reabilitação e, por isso mesmo o Senhor Presidente da Câmara apresentou aqui hoje medidas que visam corrigir os desequilíbrios e as falhas de mercado, entenda-se de mercado, isto porquê? Todos fazemos parte desse mercado, muitas vezes somos nós que somos vendedores e compradores e também definimos os preços e definimos as condições desse mesmo mercado. Cabe depois a cada um agir mediante a função pelo



qual foi eleito, e aqui, a ação deste Executivo foi apresentar medidas que dignificam o que é governar uma cidade. Isto dizendo sim à reabilitação, dizendo sim à renovação e à criação de emprego a sério e não criando apenas gabinetes, e gabinetes de gabinetes. Dizer sim à correção dos desequilíbrios gerados, dizer sim a pedir apoio e investimento por parte do Estado não sendo só o Município a fazê-lo, porque ser poder é promover o desenvolvimento sustentável e fugir da estagnação, da apatia e de retrocesso.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS):

- Gostaria de proceder a algumas breves notas apenas para não deixar que se criem aqui algumas ideias feitas. Convém lembrar ao Senhor Deputado André Noronha, por exemplo, que, de facto, os contratos com prazo já existem desde 1990, de resto o próprio Partido Socialista teve ocasião em vários momentos da sua história, como responsável governamental, de ir atualizando a lei das rendas adaptando-a e adequando-a às necessidades do país, mas isso não retira que a chamada Lei Cristas, e a expressão é sua, tenha desprotegido não apenas as pessoas que estavam em situação extremamente deplorável, vulnerável, como até lojas de comércio, indústria, pequenas indústrias. Foi uma machadada que essa Lei deu não apenas na estabilidade social como até na economia, em particular na cidade do Porto, e o Senhor Deputado sabe disso muito bem. Uma coisa não tem nada a ver com outra. Fala do alojamento local e diz-nos que 60% do alojamento local foi promovido em prédios devolutos. Eu quero dizer-lhe que está por demonstrar esse número, mas ainda que o desse por bom, e não dou, há um outro aspecto a considerar. Imaginemos por absurdo que o Centro Histórico de repente, por qualquer razão, ficava despovoado. O Senhor Deputado achava bem que a Câmara pura e simplesmente ignorasse que lá só havia agora turismo de habitação, alojamento local e hotéis? A si, o facto de haver aquilo a que hoje se chama, passo a expressão que não me agrada muito, a gentrificação do Centro Histórico, parece não incomodar nada. A si, ao seu partido e ao seu grupo, parece que a perda de identidade daquilo que é o Porto, não preocupa nada. Senhor Deputado, vá dar umas voltinhas por Miragaia, pelo Barredo, pela Sé, viaje por aí, fale com as pessoas, veja o que se passa, e quando o fizer, irá provavelmente ficar preocupado com o excesso de alojamento local, porque o problema não é o alojamento local o problema é a sua concentração no sítio em que está a ser feito e as consequências extremamente graves que está a ter para o equilíbrio do Porto



que nós somos e do Porto que nós queremos continuar a ser. Dito isto, mais uma pequena nota, acerca de "construir nos terrenos que não há com o dinheiro que não temos". Eu quero recordar ao Senhor Deputado que no nosso programa eleitoral estavam exactamente identificados os terrenos para construir os três mil fogos previstos, calculado o custo dessa construção e prevista a forma de a financiar. Portanto, não venha dizer que não existem terrenos, porque existem, e alguns são camarários. Senhor Deputado estou a dizer-lhe que o nosso programa fazia essa identificação, e se quiser disponibilizo-o, ao contrário do vosso programa onde consta a construção densificada em certos locais do Porto e cuja existência que eu saiba, infelizmente, não passou do vosso programa eleitoral ainda.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU):

- Agora que se aproxima o fim deste debate gostávamos de dizer que a CDU procurou trazer aqui um conjunto de propostas que constituem um plano estruturado para esta situação. Reconhecemos e sabemos que o fundamental da responsabilidade nesta matéria cabe à Administração Central e, nesse sentido, fizemos propostas para que esta Assembleia Municipal se pronuncie relativamente às origens do problema que, no fundamental, vem ainda do Governo PSD/CDS, com a lei do regime de arrendamento urbano. No entanto, achamos que a Câmara também pode tomar medidas para diminuir ou minimizar algumas destas situações e daí fazermos as propostas, sabendo que isto demora algum tempo ao nível do PDM, é preciso fazer imposições sobre o alojamento local e a ocupação dos solos e é necessário criar um plano de emergência. Eu gostava de lembrar às pessoas, e desculpem a minha velhice nesta matéria, a década de oitenta e os temporais que assolaram o Porto e que desalojaram cerca de duzentas famílias do Centro histórico. Nessa altura, a Câmara cá esteve para ajudar a resolver esse problema e conseguir que essas duzentas famílias viessem a ser realojadas e que muitas delas voltassem ao Centro Histórico. Também tivemos no início deste século o problema das derrocadas nas Fontainhas. Foram cerca de cem famílias que também foram desalojadas e cujo problema se conseguiu resolver. E também tivemos no início deste século o problema de dezenas de famílias que viviam em pensões em que tinham sido colocadas pela Segurança Social, algumas delas inqualificáveis, a pagar valores de diárias completamente pornográficos face às condições de habitabilidade propostas, enquanto havia



muitas habitações do IRU e Municipais que estavam devolutas e conseguiu-se resolver essa situação. O apelo que nós fazemos é no sentido de se criar um plano de emergência que junte a Câmara, o IRU, as Juntas de Freguesia e a Segurança Social para tentar encontrar soluções para esta matéria e o que se exige do Senhor Presidente da Câmara é que tal como se assumiu em determinadas matérias como protagonista da defesa daquilo que considerou ser os interesses do Porto, mesmo que o assunto não competisse ao Município resolver, e é o caso, por exemplo, do Aeroporto Francisco Sá Carneiro ou Aeroporto de Pedras Rubras, também se empenhe nesta matéria como representante do povo assumindo a defesa dos moradores mais desprotegidos que, por força de um conjunto de circunstâncias estão a sofrer na pele e estão a viver em condições indignas. Um Presidente da Câmara não se pode aliar desta situação e é esse o apelo que nós fazemos.

Foi feito um intervalo de 10 minutos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Miguel Pereira Leite colocou a votação as propostas dos respetivos Grupos Municipais.

Referiu que foi solicitado o desdobramento de duas das propostas do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, e de uma proposta do Grupo Municipal da CDU.

O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (CDU) propôs, juntamente com o Grupo Municipal do BE, como proponente da Moção "Políticas públicas de proteção do Direito à habitação", que fosse feita uma alteração ao ponto 3 da referida proposta. E que passasse a ter a seguinte redação:

- "Que cessem os benefícios fiscais e as facilidades atribuídas a entidades não residentes, fundos imobiliários e outros para aquisição de imóveis nos centros urbanos que não se destinem a habitação".



GRUPO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA:

- **Recomendação** – Pela criação do Observatório da Habitação e do Gabinete Municipal de Apoio aos Inquilinos.

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 19 votos a favor (3 BE + 3 CDU + 12 PS + 1 PAN) e com 27 votos contra (21 RM + 6 PA).

- **Recomendação** – Pela criação e reforço de respostas públicas de habitação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Miguel Pereira Leite colocou a votação a proposta de recomendação sendo a mesma desdobrada em quatro pontos:

Ponto 1 – Recomendar ao Executivo Camarário que através da Comissão composta por representantes de cada Grupo Municipal proceda com carácter urgente à elaboração da estratégia local prevista no Decreto Lei 37 de 2018 de 4 de junho e priorize as situações habitacionais que pretende ver desenvolvidas na cidade do Porto ao abrigo do Primeiro Direito.

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 7 votos a favor (3 BE + 3 CDU + 1 PAN), 12 abstenções (PS) e 27 votos contra (21 RM + 6 PA).

Ponto 2 – Que proceda à revisão do regulamento do parque habitacional do Porto no sentido de constituir uma comissão para acompanhamento dos processos de despejo das casas da Câmara da qual deverá fazer parte a Provedora do Inquilino Municipal, o Executivo da Junta de Freguesia em questão em todos os atos relevantes garantindo o acompanhamento contínuo e integrados das populações do ponto de vista das políticas sociais e do apoio jurídico.

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 6 votos a favor (3 BE + 3 CDU) 1 abstenção (PAN) e 39 votos contra (21 RM + 6 PA + 12 PS).



Ponto 3 – Que faça reverter em sede de revisão orçamental os resultados do IMT e da taxa turística para o investimento público em habitação tanto para efeitos de reabilitação e disponibilização de imóveis da Câmara Municipal a preços acessíveis como para a construção do novo edificado.

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 3 votos a favor (3 BE), 19 abstenções (12 PS + 6 PA + 1 PAN) e 27 votos contra (21 RM + 6 PA).

Ponto 4

Deliberação: Não foi votada por ausência de objeto.

Moção – Em epígrafe: A Assembleia Municipal do Porto, a Câmara Municipal do Porto e as Juntas de Freguesia por políticas públicas de proteção do direito à habitação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Miguel Pereira Leite colocou a votação a proposta sendo a mesma desdobrada em quatro pontos:

Ponto 1 - delibera manifestar ao poder legislativo que introduza as alterações necessárias ao regime do arrendamento urbano para pôr fim à completa desproteção do inquilino, parte mais vulnerável na relação contratual e remova os mecanismos facilitadores da cessação do arrendamento e dos despejos, nomeadamente através da suspensão total dos despejos até à conclusão do processo de revisão da lei das rendas.

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 7 votos a favor (3 BE + 3 CDU + 1 PAN), 12 abstenções (PS) e 27 votos contra (21 RM + 6 PA).

Ponto 2 – delibera manifestar ao poder legislativo que sejam atribuídos aos Municípios as competências adequadas à regulamentação do alojamento local e à fixação de quotas do uso habitacional no edificado.



Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 19 votos a favor (12 PS + 3 BE + 3 CDU + 1 PAN), 6 abstenções (PA) e 21 votos contra (21 RM).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite referiu que uma vez que o ponto n.º 3 da proposta tinha sido alterado, iria retirar-se da sala.

Saiu da Sala o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite.

Ponto 3 - Que cessem os benefícios fiscais e as facilidades atribuídas a Entidades não residentes, fundos imobiliários e outros, para a aquisição de imóveis nos centros urbanos que não se destinem à habitação.

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 18 votos a favor (12 PS + 3 BE + 3 CDU), 1 abstenção (PAN) e 26 votos contra (20 RM + 6 PA).

Entrou na Sala o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite.

Ponto 4

Deliberação: Não foi votada por ausência de objeto.

GRUPO MUNICIPAL DA CDU:

Proposta de recomendação "Por alterações ao Regime de Arrendamento Urbano"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Miguel Pereira Leite colocou a votação a proposta sendo a mesma desdobrada em cinco pontos:

Ponto 1 - Reivindicação junto do Governo e da Assembleia da República no sentido da extinção do chamado balcão de arrendamento e da imediata revogação de todos os mecanismos que facilitam o despejo sumário.



Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 6 votos a favor (3 BE + 3 CDU), 12 abstenções (PS) e 28 votos contra (21 RM + 6 PA + 1 PAN).

Ponto 2 - Reivindicação junto do Governo e da Assembleia da República para revogar a liberalização dos valores de renda para impedir os brutais aumentos que estão a verificar-se.

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 6 votos a favor (3 BE + 3 CDU) 1 abstenção (PAN) e 39 votos contra (21 RM + 6 PA + 12 PS).

Ponto 3 - Reivindicação junto do Governo e da Assembleia da República no sentido de estabelecer o respeito pelos contratos de arrendamento livremente estabelecidos entre arrendatários e proprietários anteriores à lei dos despejos.

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 18 votos a favor (3 BE + 3 CDU + 12 PS) 1 abstenção (PAN) e 27 votos contra (21 RM + 6 PA).

Ponto 4 - Reivindicação junto do Governo e da Assembleia da República no sentido de estabelecer critérios que limitem o valor das atualizações da renda, a aplicação dos índices de inflação anual divulgados pelo INE.

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 6 votos a favor (3 BE + 3 CDU) 13 abstenções (1 PAN + 12 PS) e 27 votos contra (21 RM + 6 PA).

Ponto 5 – Reivindicação junto do Governo e da Assembleia da República no sentido de ser aplicado ao Inquilino nos processos não resolvidos definitivamente o regime mais favorável.

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 19 votos a favor (3 BE + 3 CDU + 12 PS + 1 PAN) e 27 votos contra (21 RM + 6 PA).



- Proposta de recomendação "Implementação de um Plano de Emergência com vista ao realojamento das famílias despejadas"

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 19 votos a favor (3 BE + 3 CDU + 12 PS + 1 PAN) 6 abstenções (PA) e 21 votos contra (RM).

- Proposta de recomendação "Para a implementação da Proposta de Resolução sobre as Ilhas do Porto"

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 19 votos a favor (3 BE + 3 CDU + 12 PS + 1 PAN) 6 abstenções (PA) e 21 votos contra (RM).

- Proposta de recomendação sobre "Regulamentação do Alojamento Local"

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 19 votos a favor (3 BE + 3 CDU + 12 PS + 1 PAN) 6 abstenções (PA) e 21 votos contra (RM).

GRUPO MUNICIPAL DO PAN:

- Proposta de deliberação "Comissão de trabalho sobre habitação"

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 19 votos a favor (3 BE + 3 CDU + 12 PS + 1 PAN) 6 abstenções (PA) e 21 votos contra (RM).

- Proposta de recomendação "Acompanhar os problemas de habitação no Porto e ser parte da solução"

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 4 votos a favor (3 BE + 1 PAN) 15 abstenções (12 PS + 3 CDU) e 27 votos contra (21 RM + 6 PA).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara e aos membros do Executivo e declarou aberto o período de intervenção do público.



A Senhora D. Marta Liliana Fonseca Dias:

- No dia seis de junho, fui despejada com a minha família de uma casa. Tenho um irmão no prédio ao lado que também está na iminência de sair. Foi tudo comprado por uma imobiliária RDD. Ando há um ano na Domus Social a dizer que tenho que sair, protelei o mais tempo que pude, e quase toda a gente está na mesma situação. Na Domus disseram-me que o despejo não é prioridade. Neste momento estou a viver na casa de uma tia minha, e a dormir com a minha filha de dezassete anos, num colchão insuflável no chão. Se isto não é prioridade, o que é? Eu sou contribuinte e pago os meus impostos. Eu que ganho quinhentos e quarenta euros nunca conseguirei na vida fazer face a uma renda no estado em que está o mercado imobiliário. Nós tentámos chegar à Câmara, tentámos pedir ajuda, tentámos fazer tudo e ninguém nos ouve ninguém ou quer saber de nós para nada. Nós só servimos para trabalhar e pagar impostos. Nós não temos nada contra os turistas não temos nada contra ninguém, mas estão nos a tirar do nosso habitat. Eu sou Miragaiense há 38 anos e, neste momento, nem em Fânzeres eu consigo pagar uma casa, porque estão a pedir em Fânzeres quatrocentos e quatrocentos e cinquenta euros. Nem aí eu consigo pagar. Como tal vim aqui na esperança que nos possam ajudar e às restantes pessoas que estão aqui presentes, estamos todos na mesma situação, porque a Domus tem muitas casas fechadas, está uma casa em Miragaia fechada há quinze anos, está ali a Dr.^a. Cecilia que já foi Presidente de Miragaia que sabe perfeitamente. O Presidente de Junta atualmente também sabe, estão imensas casas fechadas em Miragaia da Câmara, inclusive da Porto Vivo, estão a fazer alojamento local em casas alugadas. Para nós não há casas, mas há casas para darem a pessoas para fazerem alojamento local, da Câmara, e da Câmara e Porto Vivo. Era só mesmo isto que eu queria dizer.

A Senhora D. Tatiana Quaresma Moutinho dos Santos – não estava presente.

O Senhor António Feijó Carneiro - não estava presente.

A Senhora D. Orquídea Maria Madureira Fernandes - não estava presente.



O Senhor Alfredo Jesus Rodrigues - não estava presente.

A Senhora D. Arminda de Lurdes Figueiroa Teixeira - não estava presente.

A Senhora D. Lídia de Jesus Gonçalves Almeida - não estava presente.

O Senhor Manuel Augusto Gonçalves de Almeida - não estava presente.

O Senhor Ricardo Manuel Meireles Duarte Galhardo – Venho em representação dos pais encarregados de educação das Escolas da Torrinha, Vitória, Sé e o Miminho. No passado dia seis de junho, os pais e encarregados de educação das crianças que frequentam os centros de atividades de tempos livres das escolas da Torrinha, Vitória, Sé bem como as creches da Vitória e do Miminho, da responsabilidade da União das Freguesias do Centro Histórico, foram confrontados com avisos de encerramento destas valências para o ano letivo 2018/2019 à exceção de Jardim de Infância O Miminho que apenas se manterá a funcionar com as crianças cujos pais pretendam renovar matrícula. A Junta de Freguesia assume desde há muitos anos estas valências, e os pais e encarregados de educação não se conformam com esta decisão de encerramento sem que se procurem alternativas. Não existem nestas áreas de residência outras respostas públicas que contemplem estas necessidades, e sem oferta pública a oferta privada que existe tenderá para a especulação de preços, o que implicará um aumento das despesas insuportáveis para as famílias. Lembramos que estamos a falar de centenas de crianças, portanto de centenas de pais e mães com dificuldades. Não foi por acaso que estes pais e mães decidiram fazer um protesto contra o encerramento, cuja convocação acolheu amplo apoio em todas as escolas envolvidas, e que juntou mais de quarenta pais e encarregados de educação. Senhores Membros da Assembleia Municipal, naturalmente que é do nosso conhecimento que estas valências asseguradas pelas Autarquias deixaram há muito de ser comparticipados pelo Estado através da Segurança Social atirando para os privados aquilo que consideramos que deve ser da responsabilidade pública, e por essa razão, reconhecemos o esforço feito pelas Autarquias, que persistem em assegurar estas valências fundamentais para a fixação das pessoas e o apoio às famílias. Mas não podemos aceitar os argumentos utilizados pela Câmara Municipal e pela Junta



de Freguesia que tentam empurrar a resolução deste problema para as famílias com dificuldade em terem os seus filhos perto de si nas férias escolares e quando são bebés muito pequenos, para IPSS com preços muito difíceis de assegurar para muitas famílias, ou propondo até que sejam as Associações de Pais a gerir o ATL. Eventuais custos para esta Câmara Municipal ou mesmo na Junta de Freguesia poderão ser vistos como um bom investimento, sobretudo face às consequências profundamente negativas que se perspectivam para as famílias e crianças afetadas, bem como para a própria cidade, contribuindo esta ausência de serviços de apoio às famílias para o seu esvaziamento. Pelas características e funcionamento dos ATL's e Creches, designadamente, no que respeita ao ATL e Creche da Vitória, em que os funcionários tanto da Junta como da Câmara se articulam para complementar as referidas valências com o normal funcionamento da pré escola e da escola, que funcionam em vários períodos nos mesmos espaços, entre outros, o refeitório, afigura-se-nos perfeitamente viável encontrar uma solução articulada e de responsabilidades repartidas entre a Junta e a Câmara, que não passem pelo encerramento. Deste modo, solicitamos o apoio desta Assembleia Municipal para que intervenha e tome posição junto da Câmara Municipal para que assegure conjuntamente com a Junta de Freguesia, estas valências, enquanto a Segurança Social não as assumir, bem como intervir junto do Governo e Assembleia da República para que o Estado assumas as suas responsabilidades neste âmbito.

A Senhora D. Paula Cristina Parente Magalhães – Eu sou da zona da Baixa, moro na Rua dos Caldeireiros, e saí de minha casa há dois anos, porque me aumentaram a renda de duzentos e oitenta para trezentos e cinquenta. Eu tenho 3 filhos, e visto que não queria que o senhorio tivesse despesas ou causar-lhe algumas despesas, tive a consciência de voltar para casa dos meus pais. Com tanto azar que ao fim de um mês eles receberam a carta de rescisão de contrato, a trinta de abril deste ano. Somos os três trabalhadores há muito tempo, não quero nada que não é meu, quero viver e não sobreviver com os meus filhos. Isto do infantário é outro problema, porque eu nem sei se consigo manter uma creche privada aos valores das rendas que andam no mercado. Há bocado foi-me dito: procure fora desta área que encontra, não, é mentira, porque fora desta área já estão a contar que a gente vá à procura, então os preços estão exorbitantes também. Não sei o que é que o Tribunal me vai dizer dentro em breve, estava aqui à



espera de uma resposta, é mentira que toda a gente que está com ordem de despejo está com rendas congeladas, ou de vinte euros, ou tráfico de droga. Não, eu estou a ser posta porta fora, porque não me renovaram o contrato, o meu pai, a minha mãe trabalha a 5 minutos da habitação. O que é que vocês andam todos aqui a fazer? Querem dinheiro? Eu dou-vos. Desconto mais, se for preciso. Trabalho mais horas, se for preciso. Venho pedir para a porta da Câmara, faço o que vocês me disserem. Eu estou em risco de perder os meus três filhos, só por não ter uma habitação segura. Eu trabalho, os meus filhos têm os dentes cinco estrelas, muito melhor, se calhar, que muitos filhos dos senhores deputados, têm tudo pago, não lhes falta com nada, têm três ou quatro tipos de cereais para comerem, vocês querem-me fazer o quê? Se vocês dizem que não têm casas, na Rua dos Caldeireiros há 3 prédios da Câmara à espera de quê? Que lhes caia o telhado em cima? Não dá. O Senhorio fez 3 hostels, só o meu andar é que precisa de obras. Eu pago a renda. Querem uma renda de 20 euros aqui na Baixa? Ficava toda contente, era uma rainha, sentia-me quase com o vosso ordenado, com uma renda de 20 euros. Eu recebo seiscentos, a pagar 20 euros, olha o troco que eu não tinha. Dos trezentos e cinquenta que me obrigaram a pagar durante um ano, deixei o senhorio em dívida? Não. Tenho a minha água e a minha luz em dívida? Também não. Nem toda a gente está com rendas congeladas. Eu pago uma renda aqui, vou pagar uma renda para Valongo, para Ermesinde, para depois ir buscar mais 3 passes, por amor de Deus, são contas que vocês sabem fazer, é do quotidiano já dos anos oitenta, como estavam ali a dizer, é exatamente igual, eu nem carta tenho senão estava a reclamar o preço da gasolina. Não me tirem daqui por favor, que os meus filhos comem, e eles não andam com sapatos e os dedos de fora, chegam a uma altura que eu tenho de lhes comprar sapatilhas, de cinco euros, não digo o contrário, como estas, dez eurinhos na feira. Quem é que aqui vai à feira? Ninguém. Não são obrigados. Ninguém me obriga a ir, mas eu vou pelo meu limite financeiro. Não vivo acima do que posso. Muita gente aqui vive com o que é meu, dos meus descontos, que me fazem falta para duas consultas, sabe-se lá Deus para o quê. E o Senhor Presidente veja o que está a fazer pela Junta eu andei lá e aquilo já não precisava de ajudas de ninguém. Sei que não vou muito longe com isto mas muito obrigado.



A Senhora D. Ana Luísa Pereira Barbosa - É mesmo muito triste estar aqui esta hora e ver o Executivo abandonar a sala quando estamos a falar de uma questão de humanidade. Querem ver-nos a cara para acreditarem que nós existimos. Eu também sou uma pessoa em situação de despejo, a diferença no meu caso, é que eu ganho o salário médio nacional, sou uma pessoa que tenho uma licenciatura, tenho uma pós-graduação e não contava com isto. Eu tenho um contrato de arrendamento em que pago duzentos e noventa euros, o que atualmente para as rendas da Baixa é muito pouco, mas desde o fim de dois mil e doze já entreguei a este senhorio vinte mil euros, com um IRS médio anual de seis mil e seiscentos euros. Quer dizer que eu trabalhei três destes anos para pagar as rendas. Já fiquei desempregada duas vezes e estou com um contrato de trabalho de sete meses a termo. Disseram que não há casas para a vida toda, não há empregos para a vida toda, é claro, mas há coisas a fazer na cidade atual e os cinco por cento de alojamento local no centro histórico é um mito garantido, porque quem caminha nas ruas da cidade consegue perceber se quiser a verdade. Eu faço um passeio consigo, Senhor Deputado Municipal André Noronha, para vermos quantos são cinco por cento. A mesma coisa para os sessenta por cento de alojamentos locais em prédios devolutos, porque é preciso perceber sobre que são esses sessenta por cento? Os alojamentos locais, aqueles que têm a plaquinha, ou todos os alojamentos locais? É preciso perceber que nós temos aprendido este fenómeno à força, nós estamos aqui à uma da manhã quando temos de ir trabalhar, vocês estão em funções para as quais foram eleitos e estão em representação, eu estou aqui, porque tenho sido forçada a estudar todos os dias, a ler as notícias e perceber o que é que eu posso fazer, porque eu estou a viver sozinha no prédio há um ano, não tenho luz nas escadas, fico sem bateria no telemóvel e tenho que subir dois andares às escuras num prédio onde vivo sozinha e isso é um tipo de sensação que só percebe quem conhece a expressão bullying imobiliário sem se rir dela. E é muito grave há pouco ter sido usada essa expressão e ter havido a quantidade de riso que houve nesta sala. Nós não somos brincadeira, não somos cidadãos de segunda e o meu dinheiro vale tanto como os dos outros. Não tenho tanto dinheiro como os outros, certo, mas eu tenho dinheiro para pagar uma casa e para ter uma vida digna, porque eu vivo em casas arrendadas há catorze anos e sempre fui capaz de as pagar, sempre com o fruto do meu trabalho, como umas percentagens que estão, aliás, calculadas. Eu pretendia candidatar-me à Porta 65. A Porta 65 estabelece como limite máximo



de renda no Porto, quatrocentos e cinquenta e sete euros, mas abrimos o OLX, o Imovirtual, o site que for e vamos ver quantas ofertas tem a cidade para esses valores. E isso não pode ser uma coisa que nós empurrámos só para o Estado Central, ou para quem quer que seja, as nossas vidas seguem em suspenso, nós perdemos os nossos tempos de convívio, o nosso tempo de lazer, o nosso tempo com a família com os amigos, porque eu tenho todos os dias questões da habitação, que ir a debates falar com os eleitos seja de que partido for. E não é de qualquer partido porque depois temos uma reunião, uma Assembleia Municipal Extraordinária com ponto único da ordem de trabalhos e há propostas de três grupos aqui representados. O que é que isso nos diz acerca dos outros? Que têm muito pouco a dizer ou não querem saber ou estão a ganhar com isso, Senhor Doutor. Há várias pessoas aqui sentadas, presentes neste momento, que têm imóveis, são dados públicos, qualquer pesquisa na Internet nos revela esses dados. Nós estamos aqui, temos feito essa luta e andamos a estudar e a apanhar as coisas, por isso vocês podem não nos ter ouvido hoje, podem ter rejeitado as propostas todas, mas nós não vamos embora.

O Senhor Fernando Rodrigues:

- Eu gostava de dar aqui em poucas palavras o testemunho do trabalho que tenho desenvolvido ao longo dos últimos trinta anos na área da habitação e na cidade. Quase que podíamos sair daqui descansados e sairíamos descansados se não conhecêssemos a realidade que alguns moradores trouxeram aqui a esta casa e o que se passa lá fora, durante trinta anos, pelo menos. E quando alguns Deputados dizem aqui de forma tão leviana que o problema é recente, isso só me leva a considerar que durante esses trinta anos esses Deputados ou estiveram cá e fizeram de conta que o problema não existia ou então andam muito distraídos. E isso não os ilibam de responsabilidades. O problema é grave e estou a lembrar aqui um bate chapas no Bairro da Corujeira, São Vicente de Paulo que teve que abandonar a sua casa, porque um estudo de uma Faculdade aliada a outros interesses deu a casa como insalubre e com problemas de estrutura. A casa era uma casa económica, em granito perpianho, não tinha problemas de estrutura nem de insalubridade. Os problemas de estrutura teve esse bate chapas quando foi para uma das Torres do Bairro do Lagarteiro sem elevador e sem condições mínimas para habitar um T2 com meia dúzia de metros quadrados. Também gostava de entregar ao Senhor



Presidente daqui a pouco, este documento estratégico que fizemos num laboratório de habitação básica em parceria com o Presidente e a Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista reabilitada há pouco tempo num programa participado que teve o seu início em dois mil e três. O problema da habitação, Senhor Presidente e Senhores Membros da Assembleia, é extremamente grave. É um problema político, e que só tem solução política. Em termos técnicos, os laboratórios, as Universidades e os gabinetes têm soluções sustentáveis quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista económico. Não é preciso mais dinheiro. O dinheiro existe. Há pouco ouvi aqui uma crítica, que eu acho leviana, às políticas do segundo plano de melhoramentos, de Paranhos de Oliveira e de Cancela de Abreu. Pois meus Amigos, se conhecessem o plano de melhoramentos de 1953 a 58 integrado no plano Marshall, os senhores eram capazes de ter vergonha na cara e não dizer aquilo que disseram. Eu não me identifico com o regime fascista de então, nem com a ditadura, mas há uma diferença muito grande. Tirando o MFA, tirando o SAAL que teve uma política para as pessoas e para os moradores desta cidade ou das cidades deste país, o que vimos foram políticas de deportação. Vi há pouco um Deputado falar do PER. É verdade, o Senhor Deputado pelo menos tem essa consciência, a nova geração de políticas de habitação é mais um PER disfarçado que tem um objetivo: retirar estas pessoas de dentro da cidade. O problema é que enquanto foi com estas pessoas que aqui estão a dar a cara, a coisa até foi indo. O CRUARB da sua segunda geração deportou, deslocalizou e empobreceu e guetizou. O PER fez o mesmo e as novas políticas de habitação, coordenadas por uma antiga aluna minha de Arquitetura, Ana Pinho, querem iludir as pessoas com uma nova roupagem e com uma nova linguagem, mas nós não podemos aceitar que venha o novo PER. E fiquei muito triste hoje. Porque em 2013 eu dei a cara pelo Presidente Rui Moreira, os moradores que me acompanharam deram a cara pelo Rui Moreira estivemos em 23 de setembro na Ilha da Bela Vista e hoje saio daqui indignado. Ouvi um Presidente da Câmara para quem eu fiz o programa de habitação e de inclusão social dizer que quem não tem dinheiro para estar na Rua das Flores deve ir para a Corujeira. Acho isto inadmissível. Acho que é uma falta de humanidade e dignidade e registo também aqui um dado: a incapacidade, possivelmente, a falta de responsabilidade, possivelmente, ou talvez a indiferença, quem sabe, de uma grande parte destes senhores aqui sentados, que não tiveram a coragem de apresentar uma



estratégia, um programa e como os senhores não tiveram essa capacidade, nós gratuitamente, o laboratório com a sua equipa e alguns moradores, vamos entregar ao Senhor Presidente da Assembleia, um documento estratégico: que soluções e que medidas? E algumas delas já foram apresentadas em 2013, que o Senhor Presidente da Câmara também acolheu e implementou. Só lamento que durante os últimos quatro anos o Partido Socialista tenha sido capturado pelos interesses de uma empresa municipal e não tenha implementado aquilo que era preciso implementar. Isso é que é vergonhoso e deixo aqui este registo e admiro esta gente simples, que dá a cara e dá o rosto, pelo menos têm essa dignidade, de vir aqui e dizer o que lhes vai na alma, com respeito. Acho que compete aos políticos fazer política e a nós compete-nos dar soluções aos políticos, por isso, se precisarem nós estamos cá para dar as soluções.

A Senhora D. Maria de Lurdes Duarte – não se encontrava presente

A Senhora D. Isabel Maria da Costa Pimenta - não se encontrava presente

O Senhor Presidente da União de Freguesias do Centro Histórico – António Fonseca – Antes de falar da questão da habitação vou responder ao Senhor Ricardo Manuel sobre o ATL. Na passada sexta-feira, na reunião do Conselho Geral do Agrupamento Rodrigues de Freitas, onde estão presentes também representantes dos pais, dei conhecimento de todos os pormenores relativamente à questão do ATL. E fiz um desafio: a Junta está disponível a compartilhar 50% dos encargos com os recursos humanos, para manter a resposta ATL. Desafio esse que foi feito também ao Senhor que esteve aqui. Ele não estava na qualidade de dirigente da Associação porque se fez acompanhar com a Associação de Pais da Torrinha, que curiosamente, não têm assento. Já há muito tempo, e este senhor só apareceu recentemente, já há 2 anos ou 3 anos a esta parte, e estão aqui colegas meus que fizeram parte do Executivo da Junta, que nós vimos a alertar para as dificuldades, sobretudo naquelas reuniões de festas convívio, quer da Creche quer do ATL e foram várias, algumas até delas ocorreram no Conservatório de Música do Porto. Avisámos que estávamos com dificuldades, e que a lei tinha que mudar, porque se não mudasse não podíamos manter essas respostas. E chegou ao ponto final. Nós fomos mesmo até à última, em fevereiro, não tínhamos dinheiro para pagar os salários.



O Estado divorciou-se destas situações, há estruturas do Estado que dão apoio a IPSS, a Segurança Social dá apoios a IPSS, foi criada uma Lei em 2007, durante anos e anos só no Porto é que havia a maior parte de ajudas com respostas sociais, as Juntas entregaram as respostas sociais às IPSS e nós, eu e um colega que está aqui presente, lá fomos fazendo algum sacrifício no mandato anterior em manter quer as Creches quer o ATL, mas com muito sacrifício, porque estamos a subsidiar o Estado, porque o Estado subsidia, apoia através de acordos de cooperação as IPSS. Eu já disse ao senhor e digo aqui, o que já disse numa intervenção aos Senhores Deputados do Bloco de Esquerda, do PS e da CDU, que a Junta mantém todas as respostas, mesmo com o encargo de quase duzentos mil euros, mas por favor, mudem a Lei, ainda estão a tempo. Era só esta resposta que queria dar aqui mais uma vez e, aliás, já tive oportunidade aqui há uns meses de alertar para esta situação. Relativamente à Marta Dias obviamente que eu conheço o caso em questão, que é preocupante, até porque costumamos dizer que o Centro Histórico está envelhecido e os jovens contribuem para alguma natalidade, e temos estado a acompanhar o processo através da nossa Assistente Social. Temos feito alguns relatórios junto da Domus Social, vamos voltar a ver se conseguimos crescer mais uns pontinhos, tendo em conta que é um caso muito preocupante. Relativamente à Senhora Paula Cristina da Rua dos Caldeireiros, acho que nunca reuni com a Senhora nem com nenhuma Assistente Social. Já agora se não se importassem combinamos à saída para fazermos uma reunião. Por fim, temos a última interveniente, Paula Dias, a Junta pode dar o maior acompanhamento possível e como já tem um protocolo com a Associação de Inquilinos, pode tentar minimizar ou segurar o barco, como se costuma dizer. Isso é nossa função, mas quer relativamente às respostas sociais quer à habitação, a questão de fundo pertence à Assembleia da República.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU):

- Queria dizer que o Partido Comunista tomou uma iniciativa legislativa na Assembleia da República que repete a mesma iniciativa tomada há três anos no sentido de fazer transitar estas valências sociais da Junta de Freguesia do Centro Histórico para a responsabilidade da Segurança Social. Há três anos, essa proposta foi derrotada pelo PSD e pelo CDS. Até gostaria que o PSD e o CDS metessem a mão na consciência e agora votassem favoravelmente em solidariedade com o Senhor Presidente da Junta, e espero



que isso sendo aprovado, consigamos objetivamente resolver este problema que se traduz em mais uma carência no Centro Histórico de anulação de valências sociais para uma população já muito desfavorecida e abandonada. E dizer aos Senhores Deputados que depois de ouvir os vários munícipes a falarem sobre as questões da habitação não pude deixar de me recordar daquele cientista que dizia que objetivamente era a terra que andava à volta do sol contra o poder estabelecido e que, quando sujeito a ser queimado pela Inquisição, teve que reconhecer que, afinal ele não estava com razão e que era o sol que andava à volta da terra, mas ele teve a coragem de dizer: contudo, ela move-se. E aquilo que eu queria dizer é que o Estado de negação que nós encontramos relativamente a problemas concretos é desmentido pela realidade e a realidade é aquela que nos foi trazida pelos moradores.

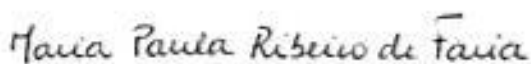
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite submeteu à votação a Minuta da Ata.

O Presidente da Mesa



Miguel Pereira Leite

A 1.ª Secretária da Mesa



Paula Ribeiro de Faria